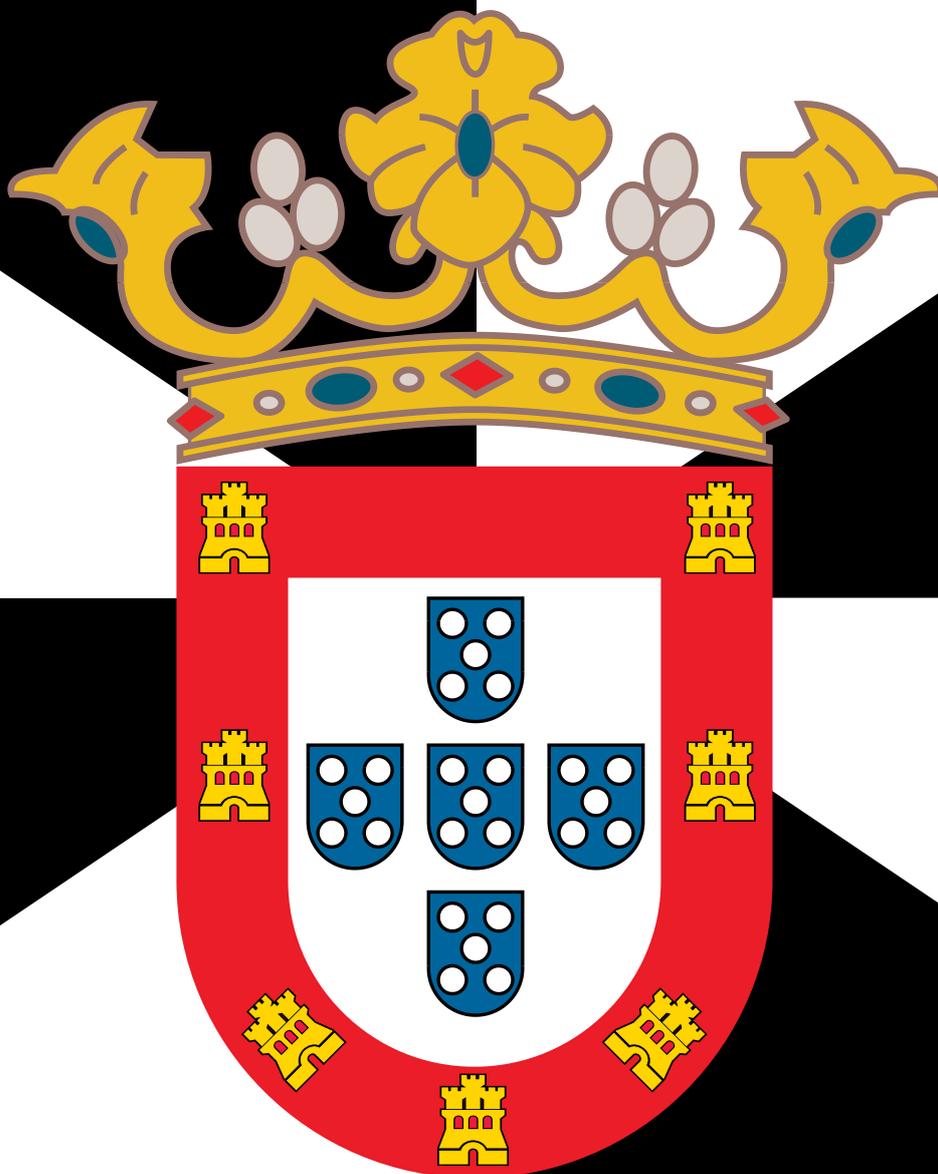


REVISTA ARMADA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MARINHA / Nº 499 / ANO XLV
AGOSTO 2015 / MENSAL / €1,50



CEUTA OS 600 ANOS DA CONQUISTA

SUPERINTENDÊNCIA
DO MATERIAL
pág. 06

EXERCÍCIO CONTEX/
PHIBEX 2015
pág. 08

O NRP *Zarco* foi desenhado pelo arquiteto naval holandês *Peter Sijm* e construído em 1983 nos estaleiros *Jachtwerf Jongert BV* situados na Holanda. Foi inicialmente batizado como *Pajaro* e entregue aos seus primeiros proprietários em 26 de maio de 1983. Em 17 de março de 1992 foi vendido e rebaptizado *Meresea III*. Em 5 de abril de 2001 foi adquirido pela *Yacht Marine S.L.*. No início do ano seguinte foi registado em Espanha com o nome *Blaus VII*.

Em 14 de fevereiro de 2007, no âmbito da “operação Agrafo” de combate ao narcotráfico, em cooperação com a Polícia Judiciária (PJ), o *Blaus VII* foi abordado a 100 milhas do Arquipélago da Madeira por uma equipa do DAE, lançada a partir da corveta *António Enes*: A bordo encontravam-se 1500 Kg de cocaína.

Em julho de 2007, após o estabelecimento de um protocolo de cooperação com a PJ, a Marinha ficou com a responsabilidade de assegurar a guarda e manutenção da embarcação, bem como a sua regular utilização, tendo sido transferido para a Escola Naval (EN), para utilização provisória como veleiro de instrução de cadetes em substituição do, entretanto abatido, NRP *Vega*. Durante esse período efetuou igualmente missões no âmbito do Centro de Investigação Naval.

Em 13 de abril de 2009, transitou em julgado a decisão do Tribunal de Vara Mista do Funchal, o qual declarou o *Blaus VII* perdido a favor do Estado, constituindo a embarcação património da Região Autónoma da Madeira (RAM). Na sequência desta decisão, a Marinha manifestou interesse em celebrar um protocolo de cooperação com o Governo Regional da Madeira (GRM), tendo por finalidade assegurar que a embarcação continuava a ser utilizada pela EN.

A transferência do veleiro para a Marinha foi materializada através do protocolo assinado entre o MDN e o GRM, em 11 de julho de 2014, tendo ficado acordado que lhe seria atribuído o nome de *Zarco*.

Em 3 de julho de 2015, o NRP *Zarco* foi aumentado ao efetivo dos navios de guerra e passou ao estado de armamento.



NRP ZARCO

SUMÁRIO

02	NRP <i>Zarco</i>
04	Strategia 14
12	Exposição Almirante Sarmiento Rodrigues
14	NRP <i>Baptista de Andrade</i> em águas espanholas
16	Ceuta. O Princípio da Expansão Portuguesa
17	Ceuta. O início do Prodígio Português e o final da Idade Média
21	Cadetes do Mar
22	Entregas de Comando
23	Aniversários
24	Notícias
25	Estórias (14)
26	Vigia da História (76)
27	Novas Histórias da Botica (45)
28	Saúde para Todos (27)
29	Convívios
32	Desporto
33	Quarto de Folga
34	Notícias Pessoais / Saibam Todos
CC	Símbolos Heráldicos

SUPERINTENDÊNCIA DO MATERIAL **06**



08 EXERCÍCIO CONTEX/PHIBEX 2015



Capa

A atual bandeira da cidade de Ceuta



REVISTA DA ARMADA

Publicação Oficial da Marinha
Periodicidade mensal
Nº 499 / Ano XLV
Agosto 2015

Revista anotada na ERC
Depósito Legal nº 55737/92
ISSN 0870-9343

Diretor
CALM Carlos Manuel Mina Henriques

Chefe de Redação
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

Redatora
1TEN TSN- COM Ana Alexandra G. de Brito

Secretário de Redação
SCH L Mário Jorge Almeida de Carvalho

Desenho Gráfico
ASS TEC DES Aida Cristina M. P. Faria

Administração, Redação e Publicidade
Revista da Armada - Edifício das Instalações
Centrais da Marinha - Rua do Arsenal
1149-001 Lisboa - Portugal
Telef: 21 321 76 50
Fax: 21 193 84 69

E-mail da Revista da Armada
revista.armada@marinha.pt
revistaarmada.secretaria@marinha.pt

Paginação eletrónica e produção
MX3 Artes Gráficas, Lda.

Tiragem média mensal
4000 exemplares

Preço de venda avulso: € 1,50

Stratēgia

14

DE 0 PARA 1

INTRODUÇÃO

As forças armadas dependem fortemente do planeamento estratégico, pois a edificação de capacidades militares é um processo longo, complexo e oneroso. Além disso, as decisões inerentes repercutem-se por várias décadas. Essas são as razões que justificam o esforço despendido no sentido de tentar perspetivar o futuro e antecipar cenários, que possam depois permitir perceber quais as capacidades a edificar para os empenhamentos vindouros.

Contudo, o investimento na prospetiva tem-se vindo a alargar a muitas outras áreas de atividade, sendo particularmente evidente no campo económico-financeiro, com vários autores a tentarem antecipar cenários futuros e identificar tendências. E é exatamente desse campo que surgiu recentemente um livro bastante interessante: *“Zero to One: Notes on Startups, or How to Build the Future”*. O seu autor é Peter Thiel, “talvez o principal intelectual público americano de hoje”, segundo a revista *“Fortune”*, que o coloca na senda de Thorstein Veblen e de Norman Mailer.

PETER THIEL

Peter Thiel nasceu na Alemanha em 1967 e aos dez anos de idade emigrou, com os pais, para os EUA. Foi um precoce mestre de xadrez e um aluno brilhante a matemática, mas a sua carreira universitária acabaria por se orientar para as humanidades, tendo-se licenciado em filosofia e doutorado em direito, na Universidade de Stanford. Contudo, em mais uma inflexão de rumo, a sua carreira profissional encaminhar-se-ia para as tecnologias de informação e a alta finança. Em 1998 foi um dos co-fundadores da companhia PayPal, que foi vendida ao eBay, em 2002, por 1,5 mil milhões de dólares. A partir daí, passou a investir em inúmeras *start-ups* de risco, tendo ficado célebre, em 2004, o seu investimento de meio milhão de dólares numa companhia de um jovem de 20 anos, de nome Mark Zuckerberg. Tratava-se do Facebook, de que Thiel é, ainda, um dos diretores. Tudo isso levou a *“National Review”* a chamar-lhe “uma lenda da revolução digital”. Em 2014, Thiel publicou o livro acima referido, que aborda sobretudo o mundo empresarial, mas – como sugere o subtítulo *“...How to Build the Future”* – lança também uma visão global sobre o futuro.

GLOBALIZAÇÃO E TECNOLOGIA

Entre outras ideias, Thiel afirma que, embora a maior parte das pessoas considere que a globalização será o fator mais importante na definição do futuro, a sua convicção é que esse fator será, não a globalização, mas sim a tecnologia.

Thiel defende que o progresso futuro se pode revestir de duas formas: horizontal e vertical. O progresso horizontal (também designado como progresso extensivo) assenta em copiar aquilo que funciona, ou seja, passar de 1 para n. O progresso vertical (também designado como progresso intensivo) implica inovar, ou seja, passar de 0 para 1.



Vou tentar ilustrar estes conceitos com um exemplo da área militar. Assim, se tivermos uma munição e fabricarmos mais mil munições, então fez-se um progresso horizontal; passou-se de 1 munição para n munições, sendo que neste caso $n=1000$. Se tivermos uma munição e a transformarmos numa munição inteligente (com guiamento por GPS ou por laser), então fez-se um progresso vertical; passou-se do 0, correspondente à não existência de munições inteligentes, para o 1, correspondente à sua existência.

Segundo Thiel, a palavra que melhor define o progresso horizontal é a globalização, i.e. levar aquilo que funciona num lugar, até todos os lugares do mundo. Na sua opinião, o país que melhor exemplifica este conceito é a China, que tem vindo a copiar tudo o que funciona no mundo desenvolvido.

Da mesma forma, a palavra que melhor define o progresso vertical é a tecnologia, entendida em sentido lato e abrangendo todas as maneiras novas e melhores de fazer as coisas. Ou seja, quando Thiel fala em tecnologia está, na realidade, a referir-se a inovação e, especificamente, a inovação alavancada em tecnologia. É, pois, com esse sentido que deve ser interpretada a pala-

vra tecnologia nos escritos de Thiel que, aliás, a usa frequentemente de forma intermutável com inovação.

Como a globalização e a tecnologia correspondem a diferentes formas de progresso, é possível ocorrerem ambas simultaneamente, ou apenas uma delas, ou até nenhuma. Desde o final da revolução industrial (ocorrido entre 1820 e 1840) até à I Grande Guerra, coexistiram um rápido desenvolvimento tecnológico e uma acentuada globalização. Entre 1918 e 1971, prevaleceu o desenvolvimento tecnológico, com pouca globalização. Contudo, a partir de 1971 (i.e. após a viagem de Kissinger à China, que permitiu o reatamento das relações comerciais entre os EUA e a China), tem prevalecido uma rápida globalização, com pouca inovação. Thiel considera ainda que essa escassa inovação tem estado essencialmente confinada à área das tecnologias de informação, afirmando que “nos últimos 40 anos, temos assistido a enormes progressos no mundo dos *bits*, mas não tanto no mundo dos átomos”. Agora, num mundo de escassos recursos, a globalização sem tecnologia será insustentável, pelo que terá que ser a tecnologia (ou, como decorre do acima exposto, a inovação) a moldar o futuro.

Este enfoque na importância da tecnologia não é, propriamente, uma ideia nova. A novidade é a forma apelativa como Thiel apresenta a dicotomia progresso horizontal vs. progresso vertical, ilustrando-a com os conceitos de globalização e de tecnologia e com as metáforas “de 1 para n” e “de 0 para 1”.

TECNOLOGIA CIVIL E MILITAR

Entretanto, quando se abordam temas como a inovação e a tecnologia, existe uma tendência relativamente recente que importa sublinhar. Com efeito, as tecnologias de âmbito civil estão a adiantar-se cada vez mais relativamente às tecnologias usadas na esfera militar. Isso mesmo é reconhecido num relatório do *US Department of Defense Business Board*, de outubro de 2014, ao afirmar que “a tecnologia comercial está mais avançada em muitas áreas críticas do que as capacidades militares”.

As razões para isso são de vária ordem, podendo apontar-se, entre outras: o facto do mercado civil ser, neste momento, mais exigente em termos de inovação do que o mercado militar; a contração dos orçamentos de defesa, que implicou reduções na investigação e desenvolvimento militar; e a maior lentidão do ciclo de desenvolvimento das tecnologias militares, que resulta das forças armadas necessitarem obrigatoriamente de produtos amplamente testados.

Esta é uma situação nova, pois até muito recentemente a tecnologia de defesa estava na vanguarda da investigação e desenvolvimento, servindo de base à inovação tecnológica civil. Recorde-se o caso do magnetron (desenvolvido para os radares militares e aproveitado para os microondas civis), do computador, da internet e do GPS, que tiveram a sua génese na indústria militar, antes da explosão da sua aplicação civil. O escritor norte-americano Walter Isaacson explica bem isso, no seu livro *“The Innovators: How a Group of Hackers, Geniuses, and Geeks Created the Digital Revolution”*, considerando que o grande catalisador da evolução tecnológica entre as décadas de ’50 e ’80 foi aquilo que designa como *“the military-industrial-academic complex”*.

Este novo quadro, em que as tecnologias de âmbito civil assumiram uma posição de liderança em muitas áreas (como a ciber-tecnologia e a robótica), cria oportunidades e ameaças.

No campo das oportunidades, importa referir a possibilidade de, nalguns casos, edificar capacidades militares de forma mais



rápida e mais barata, aproveitando as tecnologias comerciais civis. Isso implica, normalmente, acrescentar alguns requisitos militares (como a capacidade de aguentar climas extremos, a resistência ao choque e/ou ao empastelamento, etc.) e assegurar os muito elevados requisitos de fiabilidade típicos das aplicações militares (que não são habituais nas aplicações civis). Não obstante, numa conferência da NATO, em dezembro de 2014 (*“Sustaining NATO’s Technology Edge in an Age of Rapid Innovation”*), especialistas nesta matéria avançaram que, hoje em dia, o mercado comercial poderá dar resposta a cerca de 80% das necessidades militares. Contudo, há e haverá ainda muitas necessidades militares que não poderão ser supridas por tecnologias civis (os 20% remanescentes...), por corresponderem a capacidades sem aplicabilidade civil ou por os requisitos militares diferirem muito dos civis.

Quanto às ameaças decorrentes da grande evolução das tecnologias comerciais, cabe mencionar a possibilidade de elas serem exploradas por potenciais oponentes menos avançados e, até, por atores não estatais, que assim poderão mitigar a sua tradicional desvantagem tecnológica. Com efeito, os produtos tecnológicos civis são fáceis de obter e são baratos (quando comparados com os seus equivalentes militares), o que potencia a sua exploração por quem pretenda (com táticas assimétricas) desafiar a ordem existente. Tal é o caso dos engenhos explosivos improvisados (facilmente concebidos através de produtos disponíveis no mercado e que constituem, atualmente, uma das maiores ameaças para as forças militares terrestres e não só) e dos veículos não tripulados (por exemplo, o autodenominado Estado Islâmico tem usado drones comerciais no Iraque e na Síria).

Dito isto, gostaria de lançar um olhar desprezioso e, naturalmente, não exaustivo sobre algumas tecnologias que poderão ter significativo impacto nos empenhamentos marítimos e navais do futuro. É esse o desafio para o artigo do próximo número da Revista da Armada.


Sardinha Monteiro
CFR

CORREÇÃO: No artigo do mês de abril, intitulado “Padre Fernando Oliveira – Um Pioneiro da Estratégia Naval”, referi existir apenas uma cópia do original da “Arte da Guerra do Mar”, na Biblioteca Nacional de Portugal – informação obtida em três fontes bibliográficas distintas, de autores diferentes. Contudo, apesar da elevada credibilidade dessas fontes, vim a saber que existe uma outra cópia dessa obra na Biblioteca Central de Marinha, facto que desconhecia e apenas referido num artigo publicado nesta revista, em junho de 1999. A bem do rigor e da divulgação do património cultural da Marinha, aqui fica a correção, com o meu pedido de desculpa aos leitores.



SUPERINTENDÊNCIA DO MATERIAL

EDIFICAR UM FUTURO SUSTENTÁVEL

A Superintendência do Material (SM) é o órgão central de administração e direção da Marinha a quem incumbe a administração dos recursos do material através das Direções de Abastecimento, de Infraestruturas, de Navios e de Transportes.

Para o cumprimento eficaz e eficiente da sua missão, a SM intervém na gestão do ciclo de vida do material naval, o qual abrange as fases de: conceção; desenvolvimento; produção ou aquisição; operação; sustentação; e abate. A sustentação inclui o abastecimento e a manutenção, bem como atividades de atualização de requisitos operacionais e de modernização de sistemas, contrariando as obsolescências logística, tecnológica e operacional.

Deste modo, a SM contribui diretamente para a edificação e sustentação das capacidades da componente operacional do sistema de forças e da componente fixa da Marinha e da Autoridade Marítima Nacional.

A Diretiva de Planeamento da Marinha 2014 (DPM), que contém as orientações estratégicas para a Marinha, identifica claramente os principais desafios que se colocam à Instituição, designadamente, os referentes à geração e sustentação dos meios materiais. Tais desafios incluem as limitações de orçamento, das opções relativas aos programas de reequipamento da Marinha e da Base Tecnológica e Industrial de Defesa, especialmente as relativas à construção e reparação naval. Por outro lado, a DPM aponta como vulnerabilidade o envelhecimento da esquadra, agravado pelo défice de manutenção, com impacto na capacidade operacional.

A materialização da visão do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, de *“uma Marinha focada no serviço à Nação, pronta, credível e eficiente, constituída por meios adequados e por pessoas competentes, preparadas e motivadas, capaz de valorizar permanentemente as suas capacidades e competências para assegurar a defesa dos Interesses de Portugal no Mar”*, requer que a Marinha esteja dotada de pessoal motivado e com elevadas competências, de uma organização ágil e flexível e de meios tecnologicamente evoluídos.

A Diretiva Setorial do Material 2015 (DSMAT) divulga a visão do Superintendente do Material e desenvolve os objetivos estratégicos que se propõe alcançar, em alinhamento com os objetivos estratégicos estabelecidos para a Marinha pela DPM.

Uma leitura sumária da DSMAT permite concluir que, no seu período de vigência (3 anos), a SM pretende realizar um esforço de melhoria do processo de gestão dos recursos (humanos, financeiros, materiais e informacionais) que lhe são disponibilizados. Para o efeito, a SM identificou um conjunto de iniciativas que incluem a definição e execução de planos de formação e a implementação e exploração de sistemas de informação que apoiem, robusteçam e agilizem o processo de decisão. Complementarmente, uma linha de ação a perseguir é o desenvolvimento de parcerias com entidades civis e com entidades militares nacionais e estrangeiras, designadamente nos domínios da logística e da Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Estas iniciativas, de cariz genético, alicerçam os objetivos de cariz estrutural destinados a incrementar a colaboração inter e

intra-setorial, bem como a melhoria da estrutura organizacional e dos processos logísticos. Para tal, a SM participa na definição e na execução de planos integrados da Marinha e contribui para incrementar o nível de maturidade organizacional e para reforçar a colaboração e articulação dos diversos intervenientes nos processos.

Firmada nestas iniciativas, a SM irá implementar os objetivos estratégicos de cariz operacional, visando, por um lado, maximizar a eficiência da atividade corrente de sustentação logística da Marinha e, por outro lado, viabilizar a edificação e a sustentação de capacidades, numa perspetiva de futuro. A concretização destes objetivos requer a definição, monitorização e atualização de planos de longo prazo e a execução das ações necessárias à sua implementação.

Pretende-se, pois, através da articulação e convergência das iniciativas anteriormente elencadas, garantir o sucesso e a eficácia da missão da SM e, conseqüentemente, da Marinha.

Em geral, traduzir os objetivos estratégicos em resultados práticos é moroso e requer a definição de planos a prazo que norteiem todo o processo de decisão. No caso da SM, tais planos são particularmente necessários, atendendo a que a execução se encontra distribuída pelos vários níveis das diversas Direções e a que, no plano temporal, muitos dos programas se estendem por longos anos. Assim sendo, é fundamental que exista o fio condutor que garanta a continuidade da ação e a unidade de esforço.

As orientações da DSMAT foram delineadas tendo tal imperativo em mente e combinam conhecimento e planeamento prospetivos com capacidades de decisão e de resposta ágeis e flexíveis. Esta postura estratégica, adotada já há algum tempo, tem paulatinamente vindo a revelar o seu mérito. Recentemente, viram-se os frutos positivos desta abordagem na renovação da esquadra, na redução do défice de manutenção e no contributo para aumentar a disponibilidade de meios navais, através da aquisição de quatro patrulhas costeiras da classe STANFLEX, em meio de vida, explorando uma oportunidade identificada na Marinha Dinamarquesa. As negociações decorreram ao longo de 2014, o contrato foi assinado em outubro e o primeiro dos navios, batizado de “Tejo”, chegou à BNL no passado dia 12 de maio. Esta iniciativa irá permitir que, apesar da suspensão do programa de construção das Lanchas de Fiscalização Costeira, a Marinha reate o plano de abate dos navios da classe “Cacine” e disponibilize navios para a Capacidade de Fiscalização Costeira.

Espera-se, ainda, que a nova Lei de Programação Militar reponha alguma capacidade de investimento, muito débil nos últimos anos, e viabilize o retomar de programas estruturantes. Alguns exemplos mais paradigmáticos são a construção de novos NPO¹, a modernização das fragatas e a remotorização dos helicópteros. O primeiro programa é fundamental para renovar o dispositivo naval padrão que opera nas águas de jurisdição nacional, enquanto os dois últimos são críticos para repor adequados padrões de capacidade militar que obviem as obsolescências logística e tecnológica, inexoráveis ao fim das cerca de duas décadas e meia de serviço que aqueles meios contabilizam.

Outra preocupação permanente da SM é a identificação de soluções para reforçar a sustentação, tanto da esquadra, como das infraestruturas e dos meios de transporte que são necessários ao cumprimento da missão da Marinha.

A estratégia da SM privilegia, igualmente, o papel das tecnologias de informação, como fator crítico de sucesso, tanto do processo de decisão como da condução da atividade. É de notar, aliás, que as unidades da SM foram precursoras na implementação e no emprego de soluções tecnológicas cuja importância é hoje bastante reconhecida. Exemplos disto são, nos anos 60, a introdução do processamento mecanográfico para a gestão logística dos novos meios² e, mais recentemente, os sistemas de gestão de projetos e de gestão de manutenção. Neste domínio, há que identificar soluções que, no futuro, assegurem e ampliem as funcionalidades disponibilizadas pelo SICALN³ e pela BDC⁴, cuja sustentação é desafiante.

Embora a missão da SM esteja centrada nos recursos materiais e o contributo dos recursos financeiros e informacionais seja muito importante para o seu produto final, sem dúvida que o elemento chave é o seu capital humano. Assim, uma preocupação central da DSMAT é garantir o desenvolvimento e a manutenção de competências, bem como a criação de condições de trabalho motivadoras. A questão das competências é particularmente desafiante, atendendo ao elevado nível e variedade de qualificações requeridas à SM para o exercício das suas incumbências como autoridade técnica e aos reflexos da acentuada redução dos efetivos.

Finalmente, é de salientar que a atividade da SM não está confinada exclusivamente à Marinha. A DSMAT valoriza este vetor estabelecendo como objetivo que a SM continue a participar ativamente em grupos da NATO e da UE, a contribuir para programas de I&D nacionais e internacionais (de que é exemplo o programa DAT POW⁵, da NATO, onde a Marinha lidera a vertente da proteção portuária), a participar em programas conjuntos das Forças Armadas (como seja a construção de novas infraestruturas no HFAR⁶), a perseguir oportunidades de cooperação internacional no âmbito da logística e a colaborar com entidades civis (de que são exemplo as iniciativas de musealização ou de criação de polos subaquáticos, que dão uma nova vida aos navios abatidos, e o envolvimento nas intervenções da Frente Ribeirinha de Lisboa e do polo museológico de Cacilhas).

A SM continuará a pugnar, com espírito empenhado, aberto e inovador, pela busca de soluções e modelos que acrescentem valor à atividade e assegurem, no mar e em terra, a sustentação dos meios da Marinha, onde, quando e como necessário; e manterá os olhos postos no futuro, para participar na conceção e edificação das capacidades de modo a que, dando cumprimento à DPM, amanhã, melhor ainda do que hoje, a Marinha continue a cumprir a sua missão de “Servir Portugal no mar”.



Colaboração da
SUPERINTENDÊNCIA DO MATERIAL

Notas

- ¹ Navios Patrulha Oceânicos
- ² Fragatas *J. Belo* e *P. da Silva* e submarino *Albacora*
- ³ Sistema de Informação da Configuração e Apoio Logístico aos Navios
- ⁴ Base de Dados de Catalogação
- ⁵ Defence Against Terrorism – Programme of Work
- ⁶ Hospital das Forças Armadas



EXERCÍCIO CONTEX/PHIBEX 2015

Foto CAB T. Carvalho



No âmbito da preparação da Marinha Portuguesa para a resposta a cenários de crise, realizou-se, no período compreendido entre 15 e 26 junho, o exercício CONTEX/PHIBEX 2015 (CTPH15), sob a responsabilidade do Comandante Naval, VALM Pereira da Cunha, e integrado no ciclo anual de aprontamento de forças.

Este exercício foi realizado numa abrangente área de operações navais na costa oeste e na costa sul portuguesa. Várias disciplinas da guerra naval foram exercitadas, com realce para a vigilância e interdição de espaços marítimos, desembarque anfíbio e operações de forças especiais.

O propósito do CTPH15 foi testar e aperfeiçoar as capacidades da Força Naval Portuguesa¹ (FNP) e do Estado-Maior embarcado na condução de operações navais, tendo sido para este efeito criado um cenário fictício que teve em conta o ambiente internacional e as atuais ameaças difusas do mundo real.

A FNP, constituída por um comando e respetivo Estado-Maior,

com elevada prontidão, podendo-lhe ser atribuídas unidades navais, de fuzileiros e de mergulhadores para a execução de operações expedicionárias ou para integração em forças operacionais conjuntas. A FNP constitui-se ainda como a componente naval da Força de Reação Imediata (FRI), a fim de garantir opções de resposta militar para a defesa militar do território nacional ou para a proteção dos interesses nacionais

A FNP foi comandada pelo CMG Gonçalves Alexandre, que embarcou com o seu Estado-Maior, no NRP *Bartolomeu Dias*.

Entre 17 e 22 de junho, decorreu no porto de Portimão, simultaneamente ao CTPH15, um exercício inédito de experimentação, designado por Harbour Protection Experimentation 2015 (HPX 15). Este exercício teve como objetivo a validação prática da doutrina criada e das táticas, técnicas e procedimentos para proteção de meios navais nos portos, projetando assim Portugal como nação líder no desenvolvimento e certificação desta doutrina.



MEIOS E ESTRUTURA DO EXERCÍCIO

Este ano estiveram envolvidos no CTPH15 mais de 4000 militares, que treinaram de forma a manter os padrões de prontidão operacional estabelecidos. A participação de meios nacionais e estrangeiros foi muito significativa. A componente de forças navais foi constituída por um total de vinte meios navais de Portugal, Espanha, Alemanha, Holanda e França. Há que realçar que a dimensão do exercício não se deveu só ao elevado número de meios envolvidos, mas também à presença de forças internacionais como a EUROMARFOR (constituída pelos seguintes meios navais: SPS *Cristóbal Colón*, NRP *Álvares Cabral* e FS *Courbet*), a SNMG1 (NRP *D. Francisco de Almeida* e HNLMS *Tromp*) e ainda de uma força espanhola (SPS *Santa María*, SPS *Castilla* e SPS *Juan Carlos I*).

A EUROMARFOR (*European Maritime Force*) é uma força militar multinacional não-permanente, com a capacidade de realizar operações aéreas, navais e anfíbias. Foi formada em 1995 para cumprir missões definidas na Declaração de S. Petersburgo, tais como: o controlo do mar, missões humanitárias, operações de manutenção da paz, operações de resposta a crises e imposição da paz. Os seus países membros são a França, Itália, Espanha e Portugal.

A SNMG1 (*Standing Nato Maritime Group 1*) é uma das quatro forças navais permanentes da NATO, com um elevado grau de prontidão para qualquer cenário ou crise que envolva a NATO. A força é comandada por Portugal desde 8 de junho passado.



No que respeita à componente anfíbia, o exercício contou com a participação do navio *Juan Carlos I*, que embarcou uma unidade de assalto anfíbio espanhola, ao nível de escalão batalhão.

Relativamente aos meios aéreos envolvidos, a sua presença foi bastante robusta durante todo o exercício. Em termos orgânicos, estiveram embarcados vários helicópteros², aeronaves de ataque ao solo *HARRIER* e, ainda, aeronaves não tripuladas – *UAV*³. Como meios não orgânicos, contou-se com a presença de caças *F16* e aeronaves de patrulha marítima *P3C-Orion*, pertencentes à Força Aérea Portuguesa (FAP).

No que diz respeito ao planeamento, o exercício teve início ainda em terra, de forma a preparar as ações no mar. Antes da largada, ocorreram dois dias de reuniões setoriais com vista à harmonização de procedimentos e sedimentação das regras de segurança. Nesta fase houve também lugar às obrigatórias verificações de interoperabilidade de equipamentos de comunicações, sistemas de informação e às ligações de dados entre navios que viriam a ser posteriormente utilizados. Já no mar, o planea-



mento do exercício foi estruturado em duas fases distintas. Uma primeira parte designada por *Combat Enhancement Training/Force Integration Training (CET/FIT)* e uma segunda parte designada por *Tactical Exercise (TACEX)*.

A primeira fase consistiu num programa seriado intenso e muito exigente que se prolongou até ao final do dia 22 de junho. Abrangeu um treino completo em várias áreas das operações navais, de forma a garantir, no final, a necessária interoperabilidade e integração das unidades navais em força, proporcionando assim uma adequada prontidão para um vasto espetro de tarefas que se viriam a realizar na fase posterior do exercício. Para que aquele objetivo fosse alcançado, realizaram-se diversas séries, nas quais, de forma gradual e progressiva, foram exercitadas múltiplas vertentes, começando pela navegação em águas restritas em força naval sob ameaça assimétrica, e pelo treino de marinharia para desenvolvimento das capacidades dos oficiais de quarto à ponte durante manobras e evoluções e aproximações para reabastecimento no mar. Como é natural, foi dada particular ênfase ao adestramento das guarnições nas áreas clássicas da guerra antiaérea, antissuperfície e antissubmarina, mas, também, às disciplinas da guerra eletrónica, à *defesa cibernética*, às operações com helicópteros e ao apoio a navios sinistrados, entre outras. De realçar que nesta fase do exercício houve ainda oportunidade para treinar os procedimentos de empenhamento de armas com disparo efetivo nos três ambientes. Primeiro com o disparo de torpedos, tanto por helicóptero, como por unidades de superfície, depois com as peças de artilharia contra alvo de superfície rebocado e, por fim, contra manga rebocada por aeronave com as peças em modo antiaéreo. Esta primeira parte do exercício terminou com uma série de trânsito em ambiente de multiameaça que marcou a transição para a segunda fase.



A segunda parte do CTPH15 não incluiu qualquer programa seriado previamente definido, passando-se a jogar uma fase tática, do tipo *free play*, em que as forças foram divididas e jogaram objetivos concorrentes entre si, estando apenas restringido algum uso da força. Esta fase caracterizou-se assim por uma grande imprevisibilidade, em que os diferentes atores tiveram que se adaptar ao dinamismo do cenário, que evoluiu de forma contínua, súbita e muito célere, numa lógica de tentativamente o aproximar o mais possível a uma situação real. Nesta fase, em termos orgânicos, a força multinacional dividiu-se em cinco grupos tarefas: submarinos, escoltas (sob o comando do CMG Gonçalves Alexandre), força anfíbia, força de desembarque e forças especiais. Do outro lado, as forças opositoras eram compostas pelas unidades da SNMG1, juntamente com o NRP *Bérrio*, o NRP *D. Carlos I*, o NRP *Cassiopeia* e o NRP *Órion*, apoiadas, ainda, por aeronaves da FAP.

CENÁRIO E OPERAÇÕES

Em termos de cenário, foi criado um quadro fictício para o exercício que consistiu num conflito entre três países fronteiriços (*Lustonia, Nicelenia e Algarbenia*), do qual resultou uma escalada de violência com graves consequências para as populações e estabilidade da região. Devido à rutura total entre as partes envolvidas, foi decidido ao nível político destacar uma força naval multinacional, com o propósito de garantir o cumprimento das resoluções impostas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a proporcionar paz e estabilidade à região.

Este cenário, jogado em ambas as partes do exercício, teve durante o TACEX especial preponderância, pois foi nesta fase que as operações atingiram o seu auge.

O grupo tarefa da FNP logrou cumprir, na íntegra, a missão de manter uma zona de exclusão, assegurando nessa região o controlo do mar. Fez-se assim cumprir o embargo imposto pela resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas a todo o material militar destinado às forças beligerantes no país fictício designado por Nicelenia.

A Força de Desembarque, com dois batalhões de manobra, um Batalhão espanhol (que integrou a Companhia de Fuzileiros Portugueses nº 22) e o BLD português (integrando a Companhia Bravo Espanhola), bem como uma unidade ligeira de apoio logístico foi projetada além horizonte (*over the horizon*) a partir do grupo de transporte das unidades navais da força anfíbia, com recurso a helicópteros, lanchas de desembarque e lanchas de assalto rápido. Conseguiu, deste modo, garantir o desembarque, em tempo, depois de garantida a segurança na praia de desembarque pelas forças especiais. O NRP *Tridente*, em apoio direto à força multinacional, desempenhou um papel crucial, tanto na fase de preparação da zona de desembarque, através da inserção das forças especiais, como, mais tarde, na garantia do controlo do mar.

CONCLUSÃO

O CTPH15 revelou-se uma excelente oportunidade de treino para todos os meios empenhados, já que permitiu rentabilizar ao máximo as capacidades do nosso sistema de forças e garantir o aprontamento necessário nas diferentes componentes.

A missão foi cumprida com sucesso, tendo o profissionalismo de todos os militares envolvidos sido digno de destaque.



Colaboração do CTG 443.20

Notas

- ¹ FNP (Força Naval Portuguesa) – Vide Revista da Armada número 496 (maio 2015)
- ² Helicópteros orgânicos da força naval – Lynx Mk95, Augusta Bell 212, Seahawk 60B e Seaking (SH-3)
- ³ UAV (*Unmanned aerial vehicle*) – Em português significa aeronaves não tripuladas. Estas aeronaves resultam de uma parceria da Marinha com a empresa nacional TEKEVER.



EXPOSIÇÃO



No dia 3 de abril de 1952, largou de Lisboa o paquete *Índia* da Companhia Nacional de Navegação, inaugurando a carreira regular para a Índia, Macau e Timor, e levando a bordo o Ministro do Ultramar, Comandante Manoel Maria Sarmiento Rodrigues, em visita oficial ao Oriente.

Os objetivos da viagem eram, no dizer do Ministro, “*Levar às Províncias Portuguesas do Oriente e pela primeira vez através de um Ministro, o testemunho vivo, o interesse e carinho que merecem ao Governo Central. Renovar a afirmação do sentimento de unidade que liga a todas as parcelas do Império. Recolher elementos de estudo para alguns problemas de administração. Resolver in loco problemas de solução mais fácil e clara.*”⁽¹⁾

Após breves escalas em Chipre e Port-Said, o *Índia* chegou a Goa a 24 de abril tendo o Ministro permanecido 18 dias na Índia Portuguesa e visitado, além de Goa, Damão e Diu. A 12 de maio embarcou no aviso *Gonçalo Velho* e depois de escalar Malaca e Singapura, onde foi recebido pelas comunidades e missões religiosas portuguesas, visitou Timor, por via aérea foi ao enclave timorense do Oé-Cusse, e Macau onde, a 24 de junho desembarcou do *Gonçalo Velho*, terminando assim a visita oficial que alcançou grande êxito. Regressou a Lisboa a 19 de julho, por via aérea, com escala em Hong Kong, Tóquio, Honolulu, São Francisco, Oakland, Boston e Nova York.

Durante a histórica viagem foram oferecidos ao Comandante Sarmiento Rodrigues *valiosos e significativos presen-*

tes que S.EXA destinou a coleções do futuro Museu do Ultramar e de outros⁽¹⁾ os quais, na altura, foram oferecidos ao Estado Português e depositados no Museu Nacional de Etnologia.

Este acervo cultural, que apenas tinha sido exposto ao público em 1999, em Freixo-de-Espada-à-Cinta, terra natal do Almirante e por altura do centenário do seu nascimento, foi agora objeto de uma exposição intitulada “Sarmiento Rodrigues – Viagem ao Oriente Português”, que teve lugar em Torres Vedras, no Museu Municipal Leonel Trindade, localizado no Convento de Nossa Senhora da Graça.

A inauguração deste evento, conjuntamente com a exposição “Torres Vedras no Caminho de Ceuta 600 anos”, que contou com numerosas presenças,



destacando-se familiares de Sarmento Rodrigues e gente de Marinha, realizou-se no passado dia 15 de maio.

A cerimónia foi iniciada por umas breves palavras do Presidente da autarquia, Dr. Carlos Manuel Soares Miguel que, após agradecer à Dra. Ana Maria Cavaleiro Ferreira, filha do então Ministro do Ultramar, o imprescindível e total apoio dado à futura exposição, realçou o grande interesse e significado para a sua cidade, da apresentação de tão importante e representativo património. Seguidamente a Dra. Ana Umbelino, Vereadora da Cultura, reportou-se, detalhadamente, a alguns aspetos da exposição e afirmou que constituía *um legado que pelas narrativas que transporta, importa resgatar do silêncio. Procurá-la-emos fazer despretensiosamente,*

não só através da exposição que hoje se inaugura mas por via de atividades do serviço educativo, em especial dirigida à comunidade escolar que sobre a mesma irão incidir.

Na sala onde se iniciava a exposição figurava um mapa-mundi com o trajeto da viagem do Ministro e painéis contendo a indicação dos objetivos e diversos dados alusivos ao período em que a mesma se realizou. Em compartimentos contíguos as peças ofertadas, devidamente identificadas, estavam dispostas em expositores correspondentes a cada um dos territórios visitados.

O modo como estava concebida a exposição permitia ao visitante aperceber-se da notável projeção que, na

época, Portugal tinha no longínquo Oriente.

A exposição manter-se-á patente ao público até 30 de setembro.

Notas

¹ in "Relação da Primeira Viagem do Ministro do Ultramar às Províncias do Oriente em MCMLII", Agência Geral do Ultramar, 1953.

NRP BAPTISTA DE ANDRADE

EM ÁGUAS ESPANHOLAS



INTRODUÇÃO

O NRP *Baptista de Andrade*, no dia 14 de maio de 2015, entrou pela primeira vez o porto de Cartagena, depois de há 40 anos aí ter sido entregue à Marinha Portuguesa.

No dia 15 de maio, nessa cidade, participou na cerimónia de comemoração do 20º aniversário da *European Maritime Force* (EUROMARFOR).

No período de 18 a 28 de maio participou no exercício internacional SPANISH MINEX 2015, que ocorreu nas imediações de Alicante.

O REGRESSO A CARTAGENA

A corveta *Baptista de Andrade*, construída nos estaleiros *Bazan*, em Cartagena, foi lançada à água em 16 de março de

1973 e entregue à Marinha Portuguesa no dia 19 de novembro de 1974.

Para marcar o regresso do navio a Cartagena, pela primeira vez, após 40 anos, foi realizada uma visita do Comando do navio aos antigos estaleiros *Bazan*, agora *Navantia*.

A comitiva de bordo teve uma recepção muito calorosa pelo diretor dos estaleiros, Almirante José Manuel Sanjurjo Jul, que, ainda hoje, exulta o projeto de excelência destes navios. Os estaleiros *Bazan* construíram seis corvetas para a Marinha Portuguesa, estando duas ainda no ativo.

O programa constou de uma visita aos vários departamentos do estaleiro, com passagem pela nave de motores e dos novos submarinos classe S-80. Durante a visita foi ainda possível conhecer um operá-



rio que participou no fabrico da *Baptista de Andrade*.

No final, numa troca de lembranças institucional, o navio ofereceu a sua cresta com uma placa onde se podia ler “Obrigado por terem construído o melhor navio do mundo, mais de 50 000 horas ao mar desde 1974”, o diretor dos estaleiros ofereceu à *Baptista de Andrade* uma fotografia do navio, tirada no dia em que foi entregue à Marinha Portuguesa.



20º ANIVERSÁRIO DA EUROMARFOR

No dia 15 de maio, em Cartagena, o navio participou na cerimónia do 20º aniversário da EUROMARFOR, atualmente sob o comando espanhol.

A cerimónia realizada a bordo do navio espanhol SPS *Relámpago*, contou com a presença de várias unidades navais dos países pertencentes à EUROMARFOR (Portugal, Espanha, Itália e França) e culminou com a ativação da força naval, para participar no exercício SPANISH MINEX 2015.

Neste evento, onde esteve presente o Comandante Naval, VALM Pereira da Cunha, marcaram também presença várias entidades oficiais dos países pertencentes à EUROMARFOR, assim como as autoridades locais de Cartagena.



Ainda no âmbito destas comemorações, os navios abriram portas no dia 16 de maio, tendo recebido a visita de mais de 1500 cartagineses.

SPANISH MINEX 2015

No dia 17 de maio, a força da EUROMARFOR, constituída pelo NRP *Baptista de Andrade*, quatro navios espanhóis (um navio patrulha oceânico e três caça-minas), um caça-minas francês e um caça-minas italiano, largou de Cartagena, para participar no exercício internacional SPANISH MINEX 2015 a ocorrer nas imediações de Alicante no período de 18 a 28 de maio.

O SPANISH MINEX tem como objetivo melhorar a cooperação e efetividade das unidades navais aliadas no combate à guerra de minas em cenário de crise.

Para este exercício, além da guarnição, constituída por 71 elementos, o navio embarcou o Destacamento de Mergulhadores Sapadores NR 3 para guerra de minas, constituído por 10 elementos, equipados com *autonomous underwater vehicles* (AUV), uma equipa de mergulhadores, uma equipa de fuzileiros, e uma equipa médica, num total de 95 militares.

No dia 17 de maio, juntaram-se à força mais dois caça-minas, da Alemanha e da Turquia.

A força largou de Alicante no dia 18 de maio, com onze navios, tendo os dois primeiros dias sido dedicados à integração da força naval, com a realização de exercícios de *force protection*, *seamanship* e de comunicações.

De 20 a 28 de maio realizou-se a fase tática do exercício, sendo de salientar o embarque na *Baptista de Andrade* de 15 elementos da *Unidad de Buceadores MCM* espanhola, com o objetivo de promover a cooperação e treino de procedimentos no combate à guerra de minas em águas pouco profundas (*very shallow waters*) em cenários de crise.

Durante quatro dias o navio navegou com 110 elementos, número aproximado da guarnição que tinha há 40 anos, quando foi entregue à Marinha Portuguesa.

No período de 23 a 25 de maio, foi realizada uma paragem logística em Alicante, os navios abriram as portas e receberam mais de 5000 visitantes.

Os objetivos do exercício foram totalmente atingidos, tendo a equipa portuguesa inativado todas as minas que se encontravam na área atribuída, sendo de realçar o excelente desempenho do AUV *Seacon-1*, projeto nacional, que resulta de uma parceria entre a Marinha Portuguesa e a Universidade do Porto.

O exercício serviu também para o estreitamento de laços entre as Marinhas dos vários países pertencentes à EUROMARFOR.

No dia 28 de maio, o navio largou do porto de Alicante, passou o Estreito de Gibraltar e chegou à Base Naval de Lisboa no dia 30 de maio, de onde havia largado há 30 dias atrás.

CONCLUSÃO

O regresso do navio a águas espanholas foi marcado pelo excelente acolhimento das autoridades e população locais, durante a estadia do navio nos portos de Cartagena e Alicante. Tendo o embarque da *Unidad de Buceadores MCM* espanhola para trabalhar em conjunto com o Destacamento de Mergulhadores Sapadores NR 3 para guerra de minas merecido o reconhecimento da Marinha espanhola.



Colaboração do
COMANDO DO NRP BAPTISTA DE ANDRADE

CEUTA

O PRINCÍPIO DA EXPANSÃO PORTUGUESA



Seiscentos anos após a tomada de Ceuta, é interessante lembrar que foi este acontecimento que deu início à Expansão Portuguesa. Muito se tem escrito sobre as causas que levaram os Portugueses a Ceuta em 1415, sendo várias as opiniões sobre esta matéria. Firme no extremo ocidente peninsular, Portugal buscava novas fontes de riqueza e novos negócios, querendo alargar o território sob o domínio da Coroa e dilatar o espaço da Cristandade. Não menos importante, era a necessidade que a Nobreza tinha de demonstrar as suas competências guerreiras, sem ser no espaço peninsular ou mesmo europeu.

O ataque a Ceuta representou o primeiro movimento expansionista do reino de Portugal, segundo uma doutrina e práticas desenvolvidas. Há muito que África era, de facto, um designio da monarquia lusitana, mas também da Cristandade mediterrânica, ao mesmo tempo que legitimava o poder da dinastia de Avis. O desejo de D. João I em prestigiar o reino e a dinastia que iniciara, fortemente reforçado pela vontade dos Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique em serem armados cavaleiros por merecimento através de uma ação militar, foi fulcral na dinâmica da expansão ultramarina portuguesa. Uma expansão territorial significava o enriquecimento de um reino de dimensões reduzidas, e a

conquista de novos territórios aumentava a sua influência no âmbito da política externa.

A 25 de Julho de 1415 zarpou de Lisboa uma frota composta por mais de 200 embarcações, na qual seguia o Rei acompanhado pelos três Infantes mais velhos, um considerável número de fidalgos e mais de dez mil homens de armas e de manobra. Na madrugada de 21 de Agosto os portugueses desembarcaram em Ceuta, tendo como primeiro objetivo a conquista da ponta oeste da península, na qual a posição inimiga era mais fraca, dado ser aí que se concentrava a população civil.

Após um ataque impetuoso, os assaltantes tomaram a cidade antes que os defensores fechassem as portas. Entretanto, D. Henrique atacou a posição mais fortemente defendida, o que lhe valeu ter sido considerado o herói da conquista de Ceuta, muito embora tenha acabado por ser D. Duarte com D. Pedro a apoderar-se da cidade, já então abandonada.

Ao findar o dia 21 de Agosto, Ceuta tornava-se a primeira cidade cristã do norte de África.

Seguiu-se a consagração dos conquistadores, com D. João I a armar cavaleiros os seus Infantes e outros nobres que tinham combatido nas ruelas de Ceuta. O monarca nomeou Capitão de Ceuta o Conde D. Pedro de Meneses, e como re-

compensa dos serviços prestados fez dos Infantes de Avis D. Pedro Duque de Coimbra e D. Henrique Duque de Viseu.

A Expansão Portuguesa integrava-se, sem dúvida, na velha lógica da Reconquista e abria as portas de uma possível conquista do reino de Fez. No entanto, a ocupação da cidade tinha um outro objetivo económico e estratégico muito mais imediato e rendoso – o controlo da navegação no Estreito de Gibraltar, porto de escala para as embarcações em trânsito de e para o Mediterrâneo, centro de crescimento das redes comerciais da zona e base para as armadas portuguesas de corso que, além de fazerem sortidas em terras próximas, afastavam os piratas mouros da costa sul do reino e assim permitiam o desenvolvimento da pesca e do comércio algarvio.

A conquista de Ceuta, “a chave do Mediterrâneo” no dizer do cronista Gomes Eanes de Zurara, marcou o alargamento da fronteira marítima de Portugal, sendo a mais antiga operação anfíbia de iniciativa portuguesa e também a primeira vez que forças nacionais atuaram fora do seu território europeu.

O INÍCIO DO PRODÍGIO PORTUGUÊS E O FINAL DA IDADE MÉDIA

*“Que se fez daquele que Ceita tomou
Por força aos mouros com tanta vitorea,
O intitulado de Boa Memorea,
Que a si e aos seus tam bem governou”*

(Diogo de Brandão, Cancioneiro Geral, no elogio fúnebre de D. João II, invocando os seus antepassados, e referindo-se a D. João I)

Completam-se este ano, exactamente, 900 anos, desde que, na formalidade jurídica de actos reveladores do exercício soberano de poder, um monarca em Portugal usou o título de rainha, “Regina Tarasia de Portugal”, assunção, aliás, institucionalmente validada por carta do Papa Pascoal II a 18 de Julho de 1116, em que assim tratava e considerava a monarca.

É no longuíssimo processo evolutivo deste País, já ancião, que se desenvolveu, nos inícios do Séc. XV, um empreendimento que viria a mudar, em definitivo, a história da Europa, sendo mesmo uma das causas essenciais para o que pode ser considerado como o final da Idade Média.

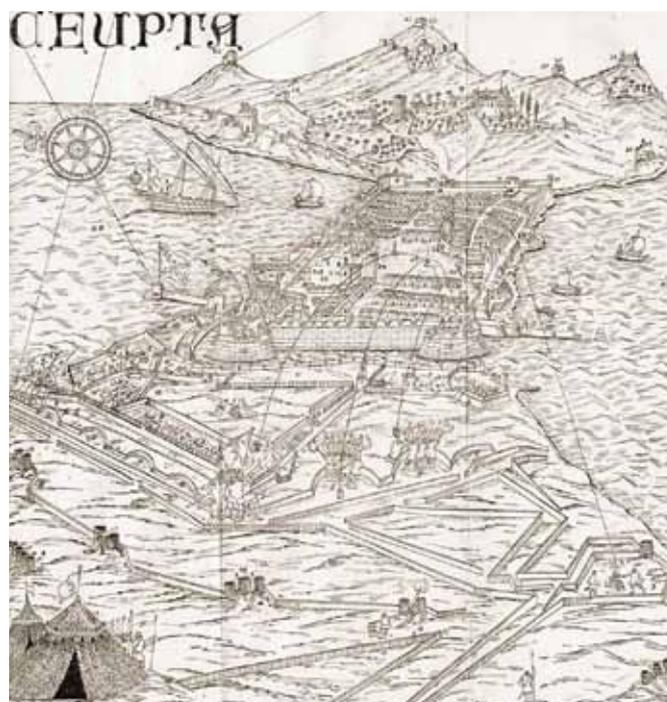
Tem-se considerado, amiúde, que a conquista e manutenção de Ceuta correspondeu, sobretudo, a um espírito de cruzada contra povos então tidos como *infiéis*, prosseguindo, assim, o que seria um intuito medievo cavaleiresco de conquistas para nobres de formação guerreira e alma terra-tenente. Uma tal asserção pode ser enganadora, por altamente restritiva. Toda a envolvente política e sócio-económica do empreendimento de Ceuta foi bem mais que um fenómeno histórico de conquista territorial e de cruzada religiosa em nome da Cristandade.

Avaliemos, então, o que significava Ceuta há 600 anos, colocando-a no devido tempo e enquadramento históricos.

A melhor doutrina histórica configura em 4 grandes pilares a fase quatrocentista do expansionismo, descobertas e conquistas (entende-se que reduzir qualquer um destes termos, como vulgarmente se encontra, é redutor e até errado), a saber: um espírito de cruzada, a procura do ouro da Guiné, a demanda do Preste João e o controlo das rotas das especiarias orientais. Faremos uma análise conjugada de todos estes elementos.

O Séc. XV foi um século de absoluta mudança.

Portugal, nação sólida, una e sustentada desde o segundo quartel do Séc. XIII, não tinha paralelo de estabilidade na Europa. Poderíamos aqui enumerar a Guerra dos Cem Anos, as Guerras entre os *Lancaster* e os *York* (Guerra das Rosas) em Inglaterra, os múltiplos mosaicos dos estados italianos e alemães e respectivos sistemas complexos de suserania hierárquica e papal, e, mais a



leste, os francos progressos imperialistas dos turcos na Península Balcânica e na zona do Levante, sem esquecer, na Península Ibérica, as guerras internas entre outras duas nações peninsulares – Aragão e Castela (antes dos reis católicos) –, e a guerra que ainda continuava na Andaluzia contra os muçulmanos, que apenas viriam a sair do território espanhol quase nos alvares do Séc. XVI.

Neste contexto, pela sua específica geomorfologia que lhe permitiu contactos, desde há mais de 2000 anos, com povos mercadores do Médio Oriente – em especial os Fenícios –, bem como propiciou um particular desenvolvimento das zonas costeiras e de algumas cidades, Portugal estava naturalmente apto para



uma acção geopolítica e económica apoiada num processo marítimo, potenciando, assim, a sua centralidade atlântica e a sua estabilidade política interna.

Ceuta tinha um papel muito significativo nas rotas do ouro transariano – era um dos seus portos terminais –, especulando-se hoje que os portugueses, e até genoveses e catalães, tinham informações privilegiadas nesse sentido, obtidas com origem em mercadores judeus. Assim, a sua conquista permitiu consolidar toda a rede de informações sobre as terras do Alto Níger e do Senegal – a origem do ouro –, e visava, sobretudo, tentar desviar a rota do ouro das caravanas do Sudão Ocidental e dos intermediários muçulmanos que eram parte fulcral daquela rota, ao mesmo tempo que retirava a pressão da pirataria muçulmana das cidades e vilas a Sul de Portugal, o que constituía, àquela data, uma elevada restrição à pesca e aos tráfegos costeiro e local, além da óbvia ameaça territorial e militar que suscitava.

Aliás, a conquista e o caminho dos portugueses e a sua presença naval, e territorial, em terras de Marrocos, terá mesmo impedido, em definitivo, potenciais percursos inversos dos muçulmanos para espaços europeus. E esse aspecto, estranhamente, não tem sido objecto de grande aprofundamento por quem se dedica a esta fase histórica, atendendo ao fortíssimo impacto da acção expansionista Portuguesa aferida nesta dimensão.

Ter-se-á que sublinhar, precisamente quanto a este aspecto, que existia uma enorme escassez de ouro na Europa pelo menos desde meados do Séc. XIII, data a partir da qual se começou a difundir a cunhagem de moeda em ouro (o florim florentino, em 1252, e o ducado veneziano, em 1280), elemento que, num ambiente sócio-económico de potencial ascensão das burguesias urbanas e mercadoras, tinha um peso fulcral nos índices de desenvolvimento comercial.

É fundamental, também, atentar-se nos textos das Bulas papais concedidas e promulgadas ainda durante a liderança do Príncipe D. Henrique: a *Dum Diversas*, de 18 de Junho de 1452, a *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455, e a *Inter Caetera*,

de 13 de Março de 1456. Resulta absolutamente claro dos seus textos que o monarca Português era autorizado a “*atacar, conquistar e submeter sarracenos, pagãos e outros descrentes inimigos de Cristo...*”, capturar os seus bens e territórios e transferir as suas terras e territórios para os reis de Portugal e seus sucessores. Exarava-se, assim, a suprema validação das acções política e religiosa do Reino Português.

A *Romanus Pontifex* enquadrava, e validava, os inícios e as motivações do imperialismo Português, inclusive porque se referia expressamente à descoberta e colonização das Ilhas Atlânticas (Açores e Madeira) e os esforços para conquistar e evangelizar as Canárias. É útil sublinhar que, quanto às Ilhas dos Açores, uma atitude é especular sobre a sua existência e vê-las ao longe (como há relatos desde finais do Séc. XIV) – designando-as de *Azzurre* (termo italiano para Ilhas azuis) –, outra, bem diferente, é desembarcar, tomar, manter presença e colonizar. Foi isso que, ao contrário de cronistas e mercadores que escreviam e falavam sobre a sua existência, os Portugueses fizeram.

Ora, este brevíssimo enquadramento apenas serve para melhor se perceber a iniciativa do empreendimento de Ceuta, e o multiseccular processo que, efectivamente, ali se iniciou. Um processo único a nível europeu, em especial devido ao facto de ter sido a Coroa – um Príncipe Real – a planear, definir, dirigir e comandar todo o empreendimento, num fenómeno colectivo de uma Nação que se empenhou num monumental projecto marítimo e mercantil, ao invés de outras nações europeias – catalães, genoveses, venezianos, maiorquinos, e mesmo flamengos – cujos empreendimentos marítimos eram circunstanciados, costeiros, de origem mercantil individual e com um fito empresarial não colectivo. Também por aqui, Portugal se afirmou, sedimentou e se distanciou das demais nações como pioneiro e precursor.

Nas primeiras três décadas do Séc. XV, Portugal assumiu uma acção contínua, e planeada, de exploração da costa Ocidental de África, tendo os navegadores e mercadores chegado à Guiné e descoberto a foz do Senegal, e alcançando, portanto, latitudes nunca antes



navegadas por genoveses e mercadores aragoneses e maiorquinos que apenas haviam navegado e efectuado comércio local, circunscrito, nas costas norte-marroquinas e um pouco mais a Sul. Logo aí, houve, em termos de empreendimento, uma diametral diferença.

O processo de evangelização e de cruzada religiosa a que supra se aludiu, aliás, estava intimamente ligado à conquista de vastíssimas zonas costeiras e das suas populações nativas, o que seria a base da manutenção do monopólio da navegação, do comércio e até das pescas naquelas regiões. Isto é, há uma intrínseca ligação entre as motivações políticas e territoriais, e de conquista de espaços económicos vitais, com toda a envolvente de cruzada religiosa e de suprema validação por Roma de todo um empreendimento de natureza imperial destinado a “*servir os interesses de Deus e da Cristandade*”.

Os lucros que, crescentemente, foram aparecendo, propiciaram um progressivo, mas sustentado, envolvimento das classes urbanas burguesas, mercadores e armadores, sobretudo de Lisboa e Porto que, claramente, foram manifestando acrescido interesse em participar em expedições a sul do Sara, nas designadas regiões da *Senegâmbia*, apercebendo-se, obviamente, desde cedo, das infundáveis vantagens de se criarem novas redes comerciais e novas fontes de negócio, fazendo chegar a Lisboa e Porto, e daí para a Europa, novos produtos e mercadorias.

Do ponto de vista do Rei, e passados 30 anos de Aljubarrota, uma conquista com uma tal dimensão, fora do território europeu e Português, significava legitimar a Coroa de Avis, com uma solidez conquistadora, e representava uma ampliação e um redimensionamento da extraordinária vitória sobre Castela no final do Séc. XIV. E isso só seria conseguido sacralizando uma vitória em terras de *infiéis*, o que transformava o Rei, cavaleiro de Avis, num servidor e conquistador para Cristo.

Ceuta, teve, também por esta dimensão, um fortíssimo impulso Real.

A sua conquista não foi, pois, apenas, uma motivação de cruzada destinada a difundir o Cristianismo, nem uma procura ca-

valeiresca de conquista territorial para a Casa Real Portuguesa e para a Alta Nobreza Portuguesa, que muitos já defenderam se dever ao facto da Ínclita Geração ter, também, origem inglesa, em virtude da Rainha D. Filipa pertencer à Casa de *Lancaster*, ou seja, como filha de John de Gaunt, ser neta do Rei Eduardo III – da casa Plantageneta –, e prima direita do rei Ricardo II. Não foi, de todo, assim. Terá tido, naturalmente, o seu peso e importância, mas reduzir toda a visão empreendedora, conquistadora, expansionista e imperialista àqueles dois factores é, no mínimo, peculiar, altamente restritivo e geopoliticamente cego.

Bem sabemos que aquela percepção é, um pouco, o que resulta da crónica de Gomes Eanes de Zurara – sucessor de Fernando Lopes como cronista oficial da corte de Avis –, mas os seus escritos foram exarados três décadas depois de Ceuta, e num anseio, que parece óbvio, em enaltecer a reputação do Príncipe D. Henrique, seu patrono, acentuando, portanto, as qualidades cavaleiras e guerreiras dos Infantes e da restante nobreza que procurava honrarias, conquistas e novos domínios.

Quando, naquele dia de Santiago, a 25 de Julho de 1415, largou do Restelo para África a vasta frota, foi aquele santo tomado como padroeiro na “cruzada”. A frota ainda haveria que passar em Lagos e permanecer em Faro antes de, a 9 de Agosto, largar em definitivo para Ceuta.

Ainda hoje são discutíveis os números envolvidos na magnífica expedição marítima. Já se falou em 100 navios – sem a frota do Porto –, mas também já se defendeu que seriam cerca de 190 mais 20 naus reais, estando envolvidos cerca de 19.000 soldados, 1700 mareantes, e mais uns milhares de besteiros e homens de armas. Ainda que estes números não possam ser objecto de uma garantia matemática, e apenas como comparativo, atente-se que, dias antes, o Rei Henrique V de Inglaterra – primo de D. João I por afinidade –, partia para a conquista de França com 12.000 homens, tendo combatido em Agincourt com apenas 7000!



Ceuta envolveu, portanto, a dados de então, um acentuadíssimo e amplo esforço nacional, uma vasta frota e um poderoso exército de homens de armas.

Quando, a 25 de Agosto, se procedeu à tomada simbólica da mesquita-mor da cidade de Ceuta, abençoando-a e sagrando-a, e nela se celebrando eucaristia, foram os Infantes armados cavaleiros, repetindo-se esse gesto de cultura nobiliárquica com a fidalguia deles dependentes. D. João I tornava-se, assim, no primeiro Rei cristão que, depois do domínio total da Hispania por povos muçulmanos, tomava e conquistava uma cidade em África, o que fazia dele, como Roma validava, “*Rei de Portugal, do Algarve e Senhor de Ceuta*”, conforme documento de 8 de Fevereiro de 1416, da Chancelaria do Rei, e que se encontra na Torre do Tombo.

Os anos seguintes mostrariam que a conquista de Ceuta seria um difícil empreendimento de se manter, o que se acentuou a partir dos anos de 1418 e 1419. D. Pedro de Meneses, capitão-mor da Praça, manteve uma defesa muito bem organizada, usando, até, táticas militares dos muçulmanos que os Portugueses já conheciam há séculos, e nem os processos de cilada e espionagem que ocorriam, em moldes de rotina, nas terras de Marrocos, interferiram naqueles primeiros anos na manutenção da cidade. Os Acordos do Rei de Fez com o Rei de Granada – recorde-se que grande parte da Andaluzia ainda seria território do Islão até finais do Séc. XV –, viriam a mostrar que a manutenção da cidade não seria tarefa fácil, sendo mesmo um sorvedouro de dinheiros do Tesouro Público. Contudo, Ceuta seria apenas o prelúdio desta primeira fase das conquistas africanas, seguindo-se Arzila, Tânger, Mazagão e Safim, num muitíssimo significativo esquema territorial de praças-forte, castelos, fortins e feitorias por toda a costa Sul de Marrocos, como Santa Cruz de Guer (Agadir), Mogador e Aguz. Aliás, muito haveria, ainda, que aprofundar sobre o domínio Português do Norte de África nesta primeira fase do Séc. XV, matéria que parece carecer de investigações e estudos mais aprofundados.

Subsistem, hoje, poucas dúvidas sobre o enorme peso histórico que teve o facto dos Portugueses serem os pioneiros da expansão europeia. Podemos alegar que o avanço e a conquista militar de terras em África diminuía o impulso dos piratas muçulma-

nos no Algarve e na costa alentejana, e podemos, também, afirmar que a procura do ouro da Guiné visava expandir uma capacidade económica que, pela escassez de ouro, se vivia na Europa há décadas. Podemos, ainda, aduzir que numa vontade imensa de expandir Portugal como reino Cristão, a conquista territorial em África era um movimento proporcionador de elevadíssimo prestígio e de glória perante Roma e as outras nações europeias.

Mas o que fica para a eternidade é o fantástico momento em que, há 600 anos, se iniciou um movimento de expansão, conquista e descoberta que viria a modelar, de novo, todo o equilíbrio geopolítico da velha Europa, saída da morte semeada pela Peste Negra, da fome e da miséria de inúmeras das suas regiões, enclausurada num processo interno de guerras e de conquistas territoriais e de reivindicações suseranas, onde o velho mundo feudal ditava as suas rígidas e já seculares regras.

As traduções dos textos clássicos de Homero por Petrarca em 1345 e 1346, e os seus valiosíssimos trabalhos que lançariam as bases do que, décadas mais tarde, viriam a ser o Humanismo e o Renascimento, e o excepcional empreendimento territorial, marítimo e mercantil que os Portugueses, com extraordinária visão, iniciaram naquele dia de 21 de Agosto de 1415 em Ceuta, marcariam, de forma muito significativa e determinante, o final da Idade Média.



Dr. Luís da Costa Diogo
Chefe do Gabinete Jurídico da DGAM

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Bibliografia

- Boxer, C.R., “*O Império Marítimo Português 1415-1825*”, Edições 70, 1969
Costa Diogo, Luís da, e Januário, Rui, “*Noções e Conceitos fundamentais de Direito*”, Quid Juris, 2007
Cruz Coelho, Maria Helena, “*D. João I – Reis de Portugal*”, Círculo de leitores, 2005
Cassotti, Marsílio, “*D. Teresa, a primeira Rainha de Portugal*”, A Esfera dos Livros, 2005
Darwin, John, “*Ascensão e queda dos impérios globais 1400-2000*”, Edições 70, 2015
Newitt, Malyn, “*Portugal na história da Europa e do mundo*”, Texto editora, 2011



CADETES DO MAR

UM DIA A BORDO DE UM NAVIO DE GUERRA

Em 7 e 8 de fevereiro, a Unidade de Cadetes do Mar da Escola Secundária da Amadora passou “Um dia a bordo de um Navio de Guerra”, na fragata *Corte Real*.

Este programa tem como objetivo proporcionar aos jovens o conhecimento das missões de um Navio e da Marinha Portuguesa, transmitindo-lhes a experiência e o espírito naval existente a bordo, para que depois seja promovido e divulgado junto da respetiva comunidade, conforme o compromisso de honra – “Tudo o que aprenderem têm de ensinar”.

O programa teve início às 15h00 do dia 7, com a entrada a bordo e cumprimento individual, na prancha, à Bandeira Nacional. Após as boas-vindas do oficial de dia, os jovens foram acolhidos no hangar, onde lhes foram explicadas as regras de segurança a bordo e atribuídos os respetivos alojamentos. Seguiu-se um *briefing*, na câmara de oficiais, feito pelo comandante, sobre as capacidades e missões do Navio e da Marinha. Ainda antes do jantar, foi ministrada pelo adjunto do Chefe do Serviço de Navegação, e acompanhada por instrutores dos cadetes, uma instrução de segurança da navegação.

Os cadetes participaram depois na identificação de símbolos nas cartas náuticas, na orientação com a giro-bússola, na obtenção de azimutes e identificação da posição do navio no radar e no ECDIS.

Seguiu-se uma visita à fragata, tendo sido abordados temas como as suas missões e as da Marinha, os postos e especialidades dos militares, o armamento do navio, identificação dos seus sensores, sistemas de energia e instalação propulsora.

Ao aviso de “preparativa a tope” emitido pelo ETO (equipamento de transmissão de ordens), os cadetes formaram no convés de voo para assistirem à Cerimónia do Arriar da Bandeira.

Após o jantar, efetuado na câmara de oficiais, seguiu-se, no bar das praças, um tempo livre para café e convívio com o grupo de serviço. Antes do recolher foi dada uma explicação do sistema de segurança do navio e realizada uma sessão de estudo.

A alvorada, assinalada pelos apitos da Ordenança, bem demonstrativa da cultura naval, despertou o entusiasmo destes jovens que formaram no convés de voo para a Cerimónia do Içar da Bandeira. Com o portolá arriado e a escada quebra-costas em posição, os cadetes ainda puderam desfrutar de uma participação na manobra do arriar da embarcação e realizar uma curta navegação dentro da estação naval, nomeadamente para compreenderem a manobra da embarcação quando da situação de “homem ao mar”.

O programa terminou com um pequeno circuito pela Base Naval, orientado pelos instrutores do Corpo de Cadetes do Mar, com vista a conhecer e identificar vários tipos e classes de navios.



1º CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA | HOMENAGEM

A 18 de abril, na ETNA, realizou-se uma cerimónia presidida pelo CEMA/AMN, Almirante Macieira Fragoso, por inerência Comandante-Chefe Honorário dos Cadetes do Mar de Portugal, inserida nas comemorações do 1º centenário da Grande Guerra e da participação do nosso País nas Campanhas de Reocupação e Pacificação do Sul de Angola.

O evento teve como objetivo homenagear os heróis caídos em combate, nomeadamente do Batalhão de Marinha Expedicionário a Angola (1914-1915), comandado pelo CTEN Afonso Cerqueira.

Com este propósito, o Corpo de Cadetes de Portugal, integrante de um movimento mundial de jovens que aprendem a ter orgulho na História dos países a que pertencem, valorizando as causas e os sucessos da sua Pátria, divulgando e promovendo na comunidade a cultura da sua defesa e o dever da Memória para com aqueles que a construíram, associaram-se e escolheram este dia para seu Dia Nacional.

Na parada da ETNA, sob o comando do CMG Franco Facada, comandante da Fragata *D. Fernando II e Glória*, e por inerência de funções Comandante do Corpo de Cadetes do Mar de Portugal, estavam formadas as unidades em função da sua antiguidade: Cadetes do Mar Fuzileiros, comandados pelo SMOR José Talhadas; Ca-

detes do Mar de Rio Maior, comandados pelo SAJ Arménio Pereira; Cadetes do Mar do 3º Ciclo do Colégio Pedro Arrupe, comandados pelo capitão da Marinha Mercante Ribeiro Ramos; Cadetes do Mar do 2º Ciclo do Colégio Pedro Arrupe, comandados pelo SMOR António David; Cadetes do Mar da Amadora, comandados pelo 1SAR Santos Maia; Cadetes do Exército de Rio Maior, comandados pelo SCH Armando Cunha; Cadetes do Exército de Cacia (Aveiro), comandados pelo SMOR Luís Correia.

Após revista pelo CEMA/AMN, procedeu-se à homenagem aos mortos em combate, com os toques de clarins executados pela Fanfara do Corpo de Fuzileiros, e a deposição de uma coroa de flores frente às lápides que perpetuam as Campanhas do Corpo de Marinheiros da Armada, colocada pelos Cadetes do Mar Fuzileiros, acompanhados pelo Presidente do Grupo de Amigos do Museu de Marinha, CALM MN Moreira Braga.

A cerimónia terminou com o Hino Nacional, cantado pelos presentes.

ENTREGAS DE COMANDO

NRP ZARCO

No dia 3 de julho na BNL, realizou-se a cerimónia de aumento ao efetivo dos navios de guerra, içar dos distintivos nacionais e entrega de comando do NRP *Zarco*, presidida pelo VALM Comandante Naval. Estiveram presentes diversos oficiais generais, oficiais, sargentos praças e civis, bem como uma delegação de cadetes da Escola Naval (EN).

Lidas as portarias de aumento ao efectivo, estado de armamento e nomeação do comandante, seguiu-se a bênção do navio pelo capelão da EN, CTEN CAP Licínio da Silva.

Após a cerimónia formal da entrega do comando foram proferidas algumas palavras pelo Comandante, o CFR Maurício Camilo e pelo VALM Comandante Naval, donde se destaca a importância da missão do navio no treino de mar dos cadetes, contribuindo para complementar a formação teórica adquirida, contribuindo, assim, para consolidar os conhecimentos práticos dos futuros oficiais.



Na sequência da entrega ao Comandante do estandarte nacional, os distintivos nacionais foram içados a bordo pela primeira vez, com as devidas honras e ao som do hino nacional, executado pela Banda da Armada. No final, todos os navios atracados na BNL fizeram ouvir as sereias, saudando a nova unidade naval. Seguiu-se a visita a bordo do VALM Comandante Naval, onde assinou o Livro de Honra e o tradicional Porto de Honra, servido no Palácio do Alfeite.

O CFR António Manuel Maurício Camilo nasceu em Lisboa, a 31 de dezembro de 1968. Frequentou a EN entre 1988 e 1993.

Especializado em Navegação, desempenhou funções no Instituto Hidrográfico onde foi Chefe da Divisão de Navegação entre 2009 e 2013.

Nas suas comissões de embarque desempenhou os cargos de Comandante do NRP *Dom Jeremias*, Imediato do NRP *Sagres*, Chefe de Serviço de Navegação dos NRP *Schultz Xavier*, *Comandante Sacadura Cabral* e *Corte-Real* e ainda a bordo dos NRP *João Coutinho* e *Sagres*. Paralelamente, colaborou com o Departamento de Treino e Avaliação da Flotilha, como avaliador na área da Navegação.

Desde setembro de 2013 exerce as funções de Professor de Marinharia na Escola Naval, acumulando, entre outras, com as funções de Chefe do Serviço de Embarcações e Chefe da Secção Náutica e a de encarregado do veleiro *Blaus VII*.

Durante a sua carreira frequentou vários cursos, dos quais se destacam o Curso Geral Naval de Guerra, no Instituto Superior Naval de Guerra em 2002 e o Curso Complementar Naval de Guerra no IESM em 2011.

NRP TRIDENTE



Foto SCH FZ Horta Pereira

Teve lugar dia 6 de julho, no cais 6 da BNL, a cerimónia de entrega de comando do NRP *Tridente*, do CTEN Amaral Henriques para o 1TEN Filipe de Almeida, presidida pelo VALM Comandante Naval.

Estiveram presentes o VALM Vice-CEMA, o Almirante Presidente da Academia de Marinha, para além de diversos convidados, militares e civis, antigos e atuais oficiais da Esquadilha de Submarinos e unidades subordinadas.

Usando da palavra, o Comandante cesante salientou a influência de alguns dos convidados na sua carreira, lembrou o desaparecimento precoce do CTEN Salgueiro Frutuoso e passou em revista o percur-

so do navio e guarnições sob o seu comando ao longo dos cinco anos desde a entrega à Marinha.

Lida a Ordem do Dia, que incluiu louvor concedido ao CTEN Amaral Henriques, seguiu-se o ato formal da entrega de comando.

O novo comandante usou da palavra, referindo o exemplo do seu primeiro Comandante nos submarinos, o CTEN Salgueiro Frutuoso e a importância da experiência com ele adquirida nos sub-

marinos da classe Albacora. Terminou enunciando o rigor, a competência, a honestidade intelectual e a camaradagem como as bases com as quais pretende garantir um navio sempre pronto e disponível.

O VALM Comandante Naval enalteceu o desempenho do CTEN Amaral Henriques, patente nos elogios recebidos das diversas entidades, nacionais e internacionais e desejou sucesso ao novo Comandante para a desafiante mas grata tarefa de comandar o NRP *Tridente*.

A cerimónia terminou com um espumante de honra servido nas instalações da Esquadilha de Submarinos.

O 1TEN João Carlos Filipe de Almeida nasceu em Lisboa a 12 de julho de 1976. Alistou-se na Marinha em 23 de maio de 1996 como Grumete Condutor e ingressou na EN a 17 de outubro de 1997, tendo concluído em 2003 a licenciatura em Ciências Militares Navais. Após a promoção a GMAR prestou serviço nos NRP *Cte Hermenegildo Capelo* e *Cte João Belo*, especializando-se em Submarinos em 2005.

Prestou serviço nos NRP *Delfim* e *Barracuda*, entre 2006 e 2010, como chefe de serviço participou em diversos exercícios.

Em 2010 frequentou diversas ações de formação em Portugal e no estrangeiro no âmbito da preparação da primeira guarnição do NRP *Arpão*, onde foi Chefe do Serviço de Navegação. Entre 2011 e 2013 foi Oficial imediato do NRP *Tridente* participando em diversos exercícios e missões nacionais e internacionais, destacando-se a missão da única travessia atlântica da história dos submarinos nacionais.

Em maio de 2014 terminou o Curso de Promoção a Oficial Superior no IESM, após o qual foi nomeado Adjunto do Chefe do Serviço de Treino e Avaliação da Esquadilha de Submarinos.

De janeiro a abril de 2015 frequentou o "Norwegian Submarine Command Course", incluído no curso de Comandante de Submarino Português.

ANIVERSÁRIOS

Durante o mês de junho diversas Unidades celebraram o seu dia. A Revista da Armada associa-se a esta efeméride, endereçando os parabéns aos Comandantes/Diretores e respetivas Guarnições.

Escola de Fuzileiros
NRP *Cuanza*
Esquadrilha de Helicópteros

3 jun
4 jun
8 jun

NRP <i>Schultz Xavier</i>	14 jun
NRP <i>Jacinto Cândido</i>	16 jun
Unidade de Polícia Naval	17 jun
NRP <i>António Enes</i>	18 jun
Destacamento de Ações Especiais	25 jun
Companhia de Apoio de Fogos	28 jun
Companhia de Transportes Táticos	28 jun
Companhia de Meios de Desembarque	28 jun

ESQUADRILHA DE SUBMARINOS

102º ANIVERSÁRIO

Realizou-se no dia 11 de abril o dia da Esquadrilha de Submarinos (ES), dirigido a todos os mergulhadores e submarinistas no ativo, reserva e reforma assim como aos familiares e amigos.

O evento decorreu da parte da manhã, durante a qual se realizaram diversas exposições alusivas aos submarinos e aos mergulhadores e onde foi possível visitar o NRP *Tridente*. Após as atividades previstas no programa, realizou-se no auditório da ES uma Missa de Campanha em memória dos camaradas falecidos, à qual se seguiu a tradicional fotografia de grupo em frente

ao edifício de Comando, assinalando assim o 102º aniversário da Esquadrilha de Submarinos.

Como já vem sendo habitual, as comemorações terminaram com o almoço-convívio realizado na Messe de Praças da Base Naval de Lisboa, que contou com a presença de cerca de 200 militares, e que decorreu envolto num espírito de enorme e sólida camaradagem entre todos, onde foi entregue uma oferta ao mergulhador e submarinista especializados há mais tempo.

Colaboração da **ESQUADRILHA DE SUBMARINOS**



NRP JACINTO CÂNDIDO

45º ANIVERSÁRIO



Com missão atribuída englobada no exercício naval Contex/Phibex 2015, comemorou-se no passado dia 16 de junho o 45º aniversário do NRP *Jacinto Cândido*. Esta corveta é a segunda da série de seis navios da classe “João Coutinho”, tendo sido construída nos estaleiros da Blom & Voss AG, em Hamburgo, sob planos de conceção inteiramente nacionais. Entrou ao serviço da Armada Portuguesa em 1970, e desde então, tem desempenhado ao serviço de Portugal inúmeras e importantes missões.

Nesta significativa data, o comando e guarnição gostariam de agradecer a todos o apoio demonstrado, especialmente a todas as anteriores guarnições que serviram neste NOSSO grande navio, pois graças ao seu esforço, dedicação e brio, este continua a cumprir exemplarmente todas as missões que lhe são atribuídas.

Colaboração do **COMANDO DO NRP JACINTO CÂNDIDO**

NOTÍCIAS

EXERCÍCIO DE EVACUAÇÃO NAS INSTALAÇÕES CENTRAIS DA MARINHA

Realizou-se em 26 de junho nas Instalações Centrais da Marinha (UAICM) um exercício de evacuação geral. Este treino teve como objetivo retomar uma prática importante que, por força das obras de requalificação da Frente Ribeirinha, tinha sido suspensa, sensibilizando e exercitando procedimentos básicos de evacuação com todos os militares, militarizados e civis que prestam serviço nas vinte e oito unidades sediadas nas ICM.

A lei geral aconselha a prática de, no mínimo, uma simulação de evacuação geral anual, situação que se reforça pela configuração, idade e localização das infraestruturas das ICM.

O exercício foi desenvolvido sob a direção do VALM Vice-CEMA e coordenação da UAICM, e apoio da ETNA, para efeitos de avaliação externa, considerando-se que correu de forma satisfatória, atingindo os objetivos propostos e permitindo, com a colaboração de todos os intervenientes, identificar ensinamentos e pontos a melhorar.



Colaboração do **COMANDO DA UAICM**

NRP BAPTISTA DE ANDRADE RECEBEU VISITA DA FAMÍLIA DO SEU PATRONO

No passado dia 27 de junho, cerca de 20 familiares do Almirante José Baptista de Andrade visitaram, na Base Naval de Lisboa, a corveta com o nome do seu antepassado.

O programa constou de uma visita guiada ao navio e várias apresentações sobre a Marinha, a corveta *Baptista de Andrade* e o seu patrono.

A bordo, esteve presente o CALM Nunes Teixeira em representação do curso de 1970 da Escola Naval "Almirante Baptista de Andrade".

A visita constituiu um momento de grande emoção para os familiares e para a guarnição do navio.

No final, os familiares do Almirante Baptista de Andrade expressaram, no Livro de Honra do navio, o agradecimento à Marinha Portuguesa, pela homenagem realizada ao seu heróico familiar.



Esta iniciativa, encontra-se inserida nas ações realizadas pelo navio, com o objetivo de aproximar os Portugueses da sua Marinha.

Desde janeiro, a corveta *Baptista de Andrade* já recebeu mais de 3.000 visitantes.

Colaboração do **COMANDO DO NRP BAPTISTA DE ANDRADE**

ADJUNTO DO COMANDANTE DO CORPO DE FUZILEIROS

No dia 24 de junho, no Salão Nobre do Comando do Corpo de Fuzileiros, tomou posse do cargo de Adjunto do Comandante o SMOR FZ Duarte Costa Rodrigues, rendendo o SMOR FZ João Domingos Vieira Guerreiro. A cerimónia, a que estiveram presentes delegações das diversas unidades do Corpo de Fuzileiros, foi presidida pelo Comandante, CALM Sousa Pereira, e incluiu ainda a imposição de condecorações a diversos militares.

No uso da palavra, o novo Adjunto do Comandante afirmou assumir o cargo com empenho, dedicação e lealdade, honrando os valores há muito cultivados pelos fuzileiros.

No seu discurso, o Comandante referiu-se ao Adjunto cessante como tendo sido um grande apoio na comunicação interna, principalmente no que envolveu as categorias de sargentos e de praças do Corpo de Fuzileiros e simultaneamente na gestão da Secretaria de Comando, vincando a sua lealdade e honestidade.



Reafirmou ainda contar com o SMOR Rodrigues para, além das tarefas inerentes ao cargo, transmitir à estrutura de chefia intermédia a reestruturação em curso no Corpo de Fuzileiros. No final, seguiu-se um almoço na Camarinha do Comandante.

ESTÓRIAS

14

ESTÓRIAS DE CAÇA E CAÇADORES

A caçada era aos patos. Tinha chovido imenso de véspera e os caminhos que conduziam aos tanques do arroz, onde tencionávamos esperá-los, estavam quase impraticáveis. Mesmo fazendo uso de um todo o terreno não me teria arriscado se não fora a presença dum outro carro do mesmo tipo, mais potente e mais alto, que poderia, em caso de atascanço, dar uma ajudinha. E lá fomos por becos e travessas que eu, noviço nestas áreas, desconhecia por completo.

Chegámos a um local donde nos seria impossível prosseguir.

Armámos o estojo e cada um seguiu para os tanques de restolho de arroz que melhor entendeu. O Sol estava a esconder-se, era preciso ser célere.

Eu e mais dois companheiros afastámo-nos uns bons quinhentos metros e lá procurámos posicionar-nos por forma a que os tiros não pusessem qualquer de nós em risco.

Mal acabara de tomar posição, quando junto à ribeira onde tinha ficado um dos companheiros, se ouviu um tiro, a que outro se seguiu, sem que se vislumbrasse a razão de tal.

Entretanto, o atirador começou a correr ao longo da ribeira e a gritar para mim que corresse também, apontando-me um vulto, que depois percebi tratar-se dum javali, que se movimentava com alguma dificuldade. Ainda fiz uma tentativa de correr em cima do combro em que me encontrava, mas depressa percebi que morreria de cansaço primeiro do que o porco. O javali acabou por tombar uns trezentos ou quatrocentos metros para além do local em que havia sido atingido. A caçada prosseguiu, finalmente aos patos.

A noite caía sobre a várzea. O sol, há pouco escondido por trás dos choupos sem folhas, emprestava-lhes formas de almas penadas envoltas pelas chamas do inferno. Sobre os tan-

ques de restolho de arroz, uma neblina azulada começava a erguer-se, reforçando o quadro fantasmagórico.

No horizonte, viam-se, de vez em quando, cordões compridos de carraceiros procurando abrigo nocturno.

Os patos com quem tinha encontro marcado, demoravam a chegar.

Tinha escolhido um dos tanques de arroz onde vira algumas penas deixadas na noite anterior por uns quantos nubentes.

A dado momento, não muito longe do local em que me encontrava, vejo aparecer um casal de patos reais, altos ainda, em missão de reconhecimento.

Com o chamariz começo a fazer-lhes o apelo de escolherem o meu tanque para a aterragem. Eles parecem ter entendido a mensagem fazendo um círculo sobre a posição em que me encontrava.

Encolhi-me o mais que pude de encontro ao “ourique” do tanque e voltei a fazer o chamamento, enquanto continuava com os olhos a fazer o seu seguimento.

De repente, ouço um barulho de asas muito perto de mim, quase roçando a minha cabeça, enormes brancas como um anjo da morte. Dei um salto para o lado, quase caindo dentro da água do tanque. Uma coruja respondera com um ataque, ao grasnar imitado dos patos que eu arrancara do chamariz.

Apanhámos, certamente os dois, um susto dos diabos.

E, com todo este teatro, de patos... nem o grasnar.

Ferreira Júnior
CMG

Nota: Extracto do livro “Terra-Mar-e-Guerra”
N.R. O artigo não respeita o novo acordo ortográfico.

DISTRACÇÕES A BORDO

Grande parte, talvez mesmo a quase totalidade, do que se conhece da vida a bordo das naus da Carreira da Índia é resultado do que se recolhe na diversa correspondência enviada pelos que nela andavam, fossem tripulantes, especialmente pilotos e capitães, ou fossem passageiros, com especial relevo, nesta última situação, para os membros do clero que seguiam para o Oriente, os quais muito provavelmente constituíam o grupo mais letrado então a bordo.

Independentemente de quem fosse o seu autor quase todas as cartas versavam, no fundamental, sobre três tópicos principais, o primeiro relacionado com as novidades que a viagem proporcionava, como era o caso das tempestades, dos peixes voadores, das grandes diferenças de temperatura, outro pelo engrandecimento da acção desenvolvida a bordo pelos seus autores, quer quanto à navegação, quer quanto ao apoio que prestavam nas diversas actividades de bordo e, por último, relativamente aos diversos aspectos que, na respectiva óptica, constituíam atropelo aos interesses da Coroa ou da religião.

A carta que hoje se divulga, escrita em Goa, em 25 de Setembro de 1530, por frei Vicente de Laguna, dominicano espanhol, insere-se na última categoria referida, tendo como principal tema a ida a bordo de mulheres, facto que se sabe ocorrer com frequência, quer fossem familiares de passageiros, ou até disfarçadas de homens, como já aqui relatado (Ver RA 446/NOV10), quer órfãs ou ainda, passe a expressão, provavelmente sem grande fundo de verdade, “mulheres de vida fácil”, que embarcavam clandestinamente.

A carta de frei Vicente debruça-se sobre duas das categorias apontadas, o atropelo à religião, pelo embarque clandestino de mulheres a bordo, escrevia ele que os tripulantes não temiam a Deus, pois quer os capitães das naus, quer os pilotos, tal como os mestres e os marinheiros, todos eles levavam clandestinamente mulheres a bordo, que de acordo com o que relata, eram a origem de grandes contendas a bordo, como ainda eram a causa de má vigia pois, na maior parte dos casos, “os ho-

mens deitavam-se a dormir” sem cuidar da devida vigilância.

Acrescenta ainda que era devido à permanência de mulheres a bordo que se verificava grande negligência no uso dos candeeiros, já que todos os queriam levar para as cobertas e câmaras, e que, por esquecimento ou descuido, originavam incêndios, como acontecera, por duas vezes, na nau em que viajara, incêndios esses que só foram extintos por milagre.

Na segunda categoria o frade refere o embarque, por parte dos capitães e oficiais, de mercadorias proibidas, não pagando os respectivos direitos, o que para além do prejuízo para a Coroa, impedia o embarque da água necessária à gente que seguia embarcada, salientando ainda o facto de que os capitães das naus usavam, em proveito próprio, as boticas destinadas ao tratamento dos doentes, levando até que alguns morressem à fome.

Se algumas medidas foram tomadas para corrigir as situações apontadas não deveriam ter tido grande sucesso pois que o que o frade refere continuou a ocorrer por muitos mais anos.



Com. E. Gomes

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

Fontes

Fonte: *Corpo Cronológico 1ª Parte, Maço 45, Doc. 127*



O MARINHEIRO QUE ME LEMBROU DE QUEM SOU...

À memória das poesias para salvar a vida...

*Hoje é dia de tempestade,
De Angra para a Horta
Neste fevereiro
Furioso*

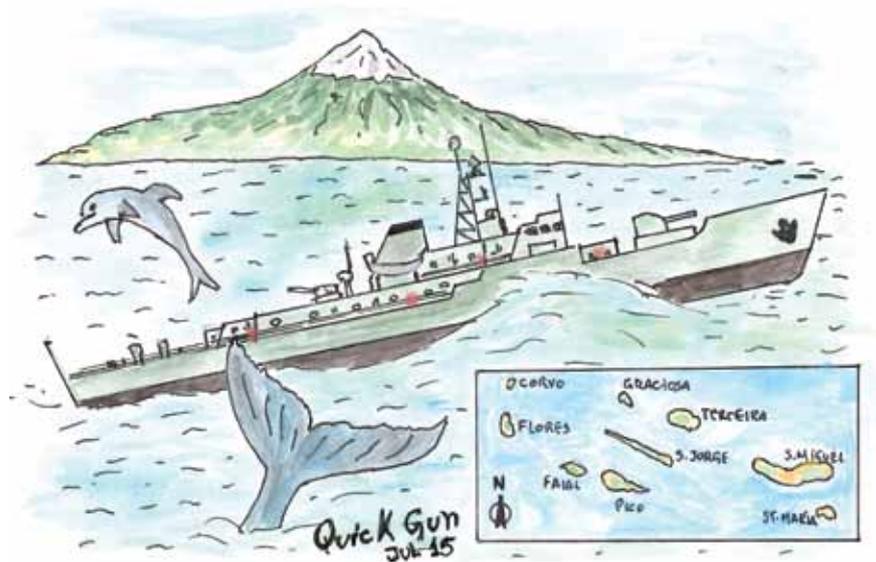
*Balanço tanto que já não distingo a direita da esquerda,
Nem o bordo bom do bordo mau
Um grumete acaba de perder a alma
Numa última náusea de um enjojo virulento*

*Há um barulho ensurdecedor quase na mesma frequência
Da ventilação ruidosa da enfermaria
Ninguém fala
Sente-se o vento*

*Tal é o pranto do mar
Que do sentir nada sobra
Nem o medo, nem o desespero
Fica só a esperança na bonança*

Na manhã que se adivinha

Poesia de um Marinheiro Incerto



Tive um telefonema estranho, que me recordou os Açores. Um antigo marinheiro, homem humilde, agora residente na cidade da Horta, procurou um médico residente na Praia do Almoxarife, também no Faial. Terá tocado à campainha do Portão e afirmado mais ou menos assim:

– *Doutor, pela sua saúde, fale lá com o seu compadre da Marinha.* – Surpreso, o clínico açoriano retorquiu – *Diga lá então. O que se passa...*

Então o antigo marinheiro lá afirmou que tinha sido meu doente há algum tempo. Em tempos, eu tê-lo-ia enviado para uma cirurgia cardíaca, num grande Hospital de Lisboa, que nunca se materializou. Passou-se muito tempo. A situação agravou. Terá tentado localizar-me no Hospital das Forças Armadas, onde eu também já não estou...

Recorreu a um cardiologista açoriano, que eu não conheço, e este confirmou, com mais um exame, o diagnóstico e a necessidade premente da cirurgia. Reenviou-o para o mesmíssimo hospital central de Lisboa. O nosso marinheiro continuou à espera. Daí até ao ato desesperado de procurar o meu antigo amigo e compadre, foi apenas mais um passo, na procura da resolução...

Telefonei a um outro médico, desta feita um cirurgião cardíaco, de um outro hospital de Lisboa. Foi finalmente operado. Soube que a cirurgia tinha corrido bem. Que, ainda em Lisboa, estava a recuperar bem. Por fim, percebi que a saga estava prestes a terminar, o paciente ia ter alta...

Num outro dia, alguns dias depois, quando me preparava para fazer a visita regular ao mítico “cirurgião capilar” (Barbeiro), que tem consultório ativo no Ministério, fui avisado que

alguém me procurava na Rua do Arsenal... Era o Marinheiro recém-operado. Já pelo seu pé, acompanhado por um genro. Não quis deixar Lisboa sem se mostrar.

Este marinheiro lembrou-me, nesse dia, exatamente daquilo que sou – apenas um médico...

Tivemos uma longa conversa. E eu, pelas palavras dele, recordei vivamente os Açores... Onde tanto tempo passei. Entusiasmado, naquela noite, abri o baú das folhas do passado e encontrei lá muitas palavras desse tempo e ainda mais emoções, como as melhores descritas na poesia atrás, de poeta desconhecido.

Ao final do dia, ousei sentir-me feliz. Tenho orgulho das marcas que em mim o mar deixou. Tenho orgulho das marcas que deixei noutros e que outros em mim deixaram... pois a maresia vai-se entranhando no sentir e... sim, todos os marinheiros são poetas...

Na verdade, muitos ficam surpresos com a intimidade que os médicos marinheiros têm com os seus pacientes. Não conhecem a vida do mar. Não conhecem o medo seguido da esperança a que o mar obriga – tal como na doença. São, seguramente, os mesmos que não entendem esta escrita, cheia de emoções...

Agradeço daqui a este marinheiro que me lembrou de mim mesmo. Agradeço-lhe a ele e a todos os poetas com que embarquei em mares azul-pérola, lembrados no silêncio de uma miríade de poesias, escondidas no nevoeiro de ilhas, verdes, perdidas no oceano íntimo das nossas vidas...



Doc

BURNOUT

Pode começar por uma intensificação da dedicação ao trabalho. Poderá começar a sentir que não é capaz de responder a todas as exigências e agudizar o seu estado físico, descansando cada vez menos. De forma lenta, poderá começar a ter a sensação de que tudo é complicado, difícil e desgastante. Finalmente, atingindo uma situação crítica na qual não se consegue organizar, tem completa ausência de prazer na sua vida pessoal e profissional, e sente um forte descontrolo em tarefas que habitualmente estariam asseguradas.

A síndrome de *Burnout* (to burnout, em inglês, significa queimar por completo) é também designada por síndrome do esgotamento profissional. É um distúrbio psíquico definido em 1970 por Freudenberg como «(...) um estado de esgotamento físico e mental cuja causa está intimamente ligada à vida profissional». Este psicanalista americano autodiagnosticou-se com esta síndrome: ele dedicava-se de forma excessiva ao seu trabalho, movido pelo desejo de ser o melhor, avaliando o seu valor em função do sucesso. Até que um dia “queimou”. Ficou “frito”, como se diz em bom português. Ou, numa gíria mais tecnológica, “crashou”. Já em termos náuticos podemos dizer: “esticou demasiado o cabo/corda” e não parou a tempo.

Este quadro não é novo, sempre existiram pessoas que tiveram a fadiga crónica como companheira, contudo, devido à crise financeira e à consequente intensificação dos ritmos de trabalho, com exigências mais elevadas e baixos recursos, bem como as fracas possibilidades de promoção, as reduções salariais, e os vínculos laborais precários, houve um acréscimo considerável do número de casos, com consequências alarmantes.

Ocorrer mais a uns do que a outros não resulta apenas das diferenças de personalidade (como alguns pensam, erradamente), mas da acumulação do *stress* laboral, que está na origem de várias perturbações psicológicas. Portanto, qualquer um pode desenvolver esta síndrome, apesar de ser mais comum surgir em homens e mulheres a meio da carreira. Na linha da frente desta nova realidade estão os professores, médicos, comerciais, profissionais de segurança e outros em que a componente relacional é expressiva, ou seja, aqueles que têm frequentes interações intensas ou emocionalmente carregadas. Contudo, a dinâmica sociolaboral parece ter mais influência que a profissão em si. Os estudantes são também propensos ao *Burnout* nos anos finais do ensino secundário e no ensino superior. Curiosamente, este não é um tipo de *Burnout* relacionado com o trabalho, mas com o estudo intenso continuado e com a privação do lazer, de atividades lúdicas, ou de outras experiências que motivem felicidade.

O relatório da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) – *Fit Mind, Fit Job* – divulgado no passado dia 4 de março de 2015, revelou que entre 15% a 20% da população ativa desenvolve perturbações psicológicas no exercício da



função. Portugal ocupa o sétimo pior lugar, entre os 33 países avaliados. Já relativamente ao consumo de psicofármacos, os portugueses ocupam o terceiro lugar na União Europeia. O *stress* laboral é considerado um problema de saúde pública, culpado pela redução da qualidade de vida dos trabalhadores e por custos avultados para os empregadores, já que existe diminuição da produtividade do trabalhador, e aumento dos dias perdidos por faltas. Perante um quadro de *Burnout*, o ideal é que o trabalhador procure o mais rapidamente possível tratamento. O prolongar da situação vai deteriorando, cada vez mais, as suas capacidades para se reorganizar. Os empregadores/chefias têm também eles um papel fundamental nesta síndrome, já que são eles os responsáveis pela avaliação, prevenção e gestão dos fatores de risco psicossociais no local de trabalho.

A Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho tem atualmente em curso a campanha «Locais de Trabalho Seguros e Saudáveis». Esta campanha tem três objetivos: (1) melhorar a compreensão e aumentar a sensibilização no que respeita ao *stress* e aos riscos psicossociais no trabalho; (2) fornecer orientação, apoio e ferramentas práticas para a gestão de riscos; e (3) chamar a atenção dos trabalhadores e das empresas para os benefícios da gestão dos riscos psicossociais.

Uma das ferramentas criadas no contexto desta campanha foi o **Guia eletrónico sobre a gestão do stress e dos riscos psicossociais no local de trabalho**. Este guia está disponível em vários idiomas, incluindo o português, e é gratuito. Pode ser acedido em <https://www.healthy-workplaces.eu/pt/tools-and-resources/a-guide-to-psycho-social-risks>. Foi concebido para responder às necessidades dos empregadores e trabalhadores, que começam a abordar os riscos psicossociais no local de trabalho e precisam de obter orientação sobre os primeiros passos a dar.

Este estado de exaustão física e psicológica desenvolve-se de forma lenta e atravessa doze estádios até atingir o seu nível mais grave. Os estágios de *Burnout* podem suceder-se, alternar-se ou ocorrer ao mesmo tempo, até que o quadro de facto se instale:

1. Dedicção de autoafirmação: desejo de fazer tudo de forma perfeita, medo de errar e ambição excessiva no emprego levam à compulsão por desempenho;
2. Dedicção intensificada: para fazer jus às expectativas exageradas, a pessoa intensifica a dedicação e sente necessidade de fazer tudo sozinha e a qualquer hora do dia;
3. Desvalorização das necessidades pessoais: a vida profissional ocupa a maioria do tempo, a renúncia ao lazer e ao descanso é vista como um ato de heroísmo;
4. Evidência de conflitos: a pessoa percebe que algo não está bem, mas não enfrenta o problema. É quando se iniciam as manifestações físicas, tais como: dores de cabeça, tonturas, tremores, sensação de falta de ar, palpitações, oscilações de humor, distúrbios do sono, dificuldade de concentração e problemas digestivos;
5. Reinterpretação dos valores: isolamento e negação das próprias necessidades. Amigos e passatempos são desvalorizados. A autoestima é medida pelo trabalho;
6. Negação de problemas: o profissional torna-se intolerante, julga os outros incapazes, exigentes de mais ou indisciplinados. Os contactos sociais são evitados, cinismo e agressão são os sinais mais evidentes;
7. Recolhimento: a pessoa afasta-se dos outros, parece irritada e desanimada. No trabalho limita-se estritamente ao necessário. Pode haver recurso ao consumo de álcool e drogas;
8. Mudanças evidentes de comportamento: quem era tão dedicado e ativo torna-se apático, tímido e assustado. Atribui a culpa ao mundo, mas sente-se cada vez mais inútil. Dificuldade em aceitar certas brincadeiras com bom senso e bom humor;
9. Despersonalização: desvalorização dos outros e de si próprio. Deixa de fazer planos, só pensa no presente e a vida limita-se ao funcionamento mecânico. Evita o diálogo e dá prioridade aos e-mails, mensagens, recados, entre outros;
10. Vazio interior: sensação de que tudo é complicado, difícil e desgastante;
11. Depressão: indiferença, desesperança, exaustão. A vida perde o sentido;
12. *Burnout*/Síndrome do esgotamento profissional: estado de total exaustão física e psicológica. Podem existir pensamentos suicidas. Neste estágio há necessidade de apoio médico e psicológico urgente.



Ana Cristina Pratas
1TEN MN

www.facebook.com/participanosaudefaraodos
saudepartados@outlook.pt

CONVÍVIOS

NÚCLEO DE FUZILEIROS DOS TEMPLÁRIOS

No passado dia 3 de maio o Núcleo de Fuzileiros dos Templários promoveu o seu habitual encontro anual na cidade de Tomar. As cerimónias tiveram início com uma missa na Igreja

de Santa Maria dos Olivais, durante a qual foram evocados os camaradas já falecidos, seguindo-se a concentração e receção às entidades convidadas, na sede dos Bombeiros da cidade.



O 19º almoço-convívio teve lugar no restaurante “A Lúria”, em S. Pedro de Tomar, onde, entre os cerca de 100 presentes, encontrava-se o Presidente da Associação Nacional de Fuzileiros e representantes do Comando do Corpo de Fuzileiros, do Presidente da Câmara Municipal e da Direção do Clube de Praças da Armada.

O evento, que constituiu mais uma amistosa confraternização entre gerações de fuzileiros da região e seus familiares, após palavras do Presidente da Direção do Núcleo, Sargento-Chefe José João Narciso e de outros convidados, terminou com o corte do bolo de aniversário, ouvindo-se então o tradicional “Grito dos Fuzileiros”.

NRP JOÃO COUTINHO 3ª GUARNIÇÃO

Realizou-se no dia 9 de maio, no “Manjar das Laranjeiras”, em Fernão Ferro, o 11º almoço-convívio da 3ª guarnição (1974-1976) do NRP *João Coutinho*.

A comemoração do 40º aniversário do “Adeus a Moçambique” decorreu num ambiente alegre e de grande amizade entre os convivas. A presença do Comandante de então, CMG Moitinho de Almeida, tem reforçado a união desta família COR-TINHO.

Estiveram presentes 32 elementos da 3ª guarnição acompanhados de familiares e amigos, totalizando 97 pessoas.



COMPANHIA Nº 10 DE FUZILEIROS MOÇAMBIQUE 1971-1973

No passado dia 10 de Maio, mais de uma centena de pessoas, enquadrando cerca de 40 militares e ex-militares que integraram a Companhia nº 10 de Fuzileiros, celebraram a comissão efectuada em Moçambique por esta Unidade, entre os meses de Maio de 1971 e 1973.

Este convívio, o 41º, já com longa tradição e mantendo elevado nível de participação, realizou-se no Clube de Caçadores do Biscainho-Coruche e foi, uma vez mais, pretexto para o reviver de histórias e episódios que, em conjunto com outros, protagonizados durante mais de uma década pela generalidade das Unidades de Fuzileiros em toda a África então Portuguesa, contribuíram para a imagem que a Marinha, também nesta vertente específica, orgulhosamente soube criar e consolidar – baseada na tolerância, no sentido do humano e no respeito pelos princípios básicos de justiça.

No próximo ano, este grupo, desajevelmente aumentado, reunir-se-á na Moita do Ribatejo, como sempre em Maio.



F. S. Lourenço

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico.

NRP ANTÓNIO ENES 1ª GUARNIÇÃO (1971)

Realizou-se em Peniche no passado dia 16 de maio, o XXIV almoço-convívio da 1ª guarnição do NRP *António Enes*.

Depois da chegada de todos os participantes, no miradouro do Cabo Carvoeiro, foi lançada uma coroa de flores ao mar fazendo-se um minuto de silêncio, em memória dos camaradas já falecidos.

Decorrido o animado almoço-convívio, foram transmitidas palavras de agradecimento à organização do evento, à enorme camaradagem desta guarnição, vivida de forma intensa em todos estes anos, acrescentando-se, ainda, a forte emoção de todos pela presença de novos camaradas que, por desconhecimento, nunca antes tinham participado nos encontros.



Partido o bolo de aniversário, ficou combinado que o próximo encontro seria em Lisboa no mês de maio de 2016.



NÚCLEO DE MARINHEIROS DO CONCELHO DE ALANDROAL

Realizou-se no dia 16 de maio, no Centro Cultural e Desportivo de Montejuntos, no concelho do Alandroal, o 10º almoço-convívio do Núcleo de Marinheiros do concelho de Alandroal, ao qual compareceram mais de 50 convivas e familiares.

O próximo encontro ficou marcado para abril/maio de 2016, num local a designar, no mesmo concelho.

A Comissão Organizadora agradeceu aos que compareceram neste convívio e fez votos para que no próximo ano sejam muitos mais.

RADARISTAS DA ARMADA

Decorreu no passado dia 16 de maio a 8ª confraternização dos Radaristas da Armada, no Parque de Merendas da BNL, com a presença de vários radaristas e familiares, mantendo assim a tradição dos encontros anuais. À semelhança de anos anteriores, os Camaradas de Operações estiveram representados.

Para o ano já se prepara a 9ª confraternização, podendo ser feitos contactos para: convivio.radaristas.armada@gmail.com



SARGENTOS ELETRICISTAS



Realizou-se no passado dia 23 de maio o 14º almoço-convívio de sargentos eletricitistas de várias gerações (Eletrões em Movimento), em que compareceram cerca de 70 elementos no ATC, RES e REF.

O convívio decorreu em ambiente de forte camaradagem, recordando-se os momentos vividos com antigos camaradas, cujos elos de amizade se mantêm.

Para o ano ficou a promessa de novo encontro.



MARINHEIROS DE MÊDA XIV CONVÍVIO

Realizou-se no dia 6 de junho o XIV convívio anual de Marinheiros de Mêda, que contou com a participação de cerca de 70 elementos, incluindo seus familiares. O programa constou de pequeno-almoço na aldeia histórica de Longroiva (junto ao Castelo), de uma homenagem aos combatentes com deposição de flores no Monumento ao Combatente na Mêda e recepção no Salão Nobre da Câmara Municipal com a presença do Presidente da Câmara e vários Vereadores. Seguiu-se uma visita guiada ao Parque Termal de Longroiva e a um lugar de azeite na mesma aldeia. Após o almoço e no final da tarde foi servido um lanche no Parque de Campismo. Foi um dia de sã camaradagem recordando os bons momentos vividos na Briosa, tendo ficado a promessa de nova reunião no próximo ano.

DESTACAMENTO DE FUZILEIROS ESPECIAIS Nº 13 GUINÉ 1968-1970

No passado dia 6 de junho, o DFE13 (Fuzileiros e famílias) comemorou, em Elvas, o 47º aniversário da sua constituição e início da comissão na Guiné.

Do programa constou uma homenagem aos Fuzileiros mortos, junto do Monumento aos Combatentes do Ultramar, com as presenças de representantes da Junta de Freguesia, da Liga dos Combatentes e da Associação de Fuzileiros, após o que foi celebrada Missa na Igreja do Senhor Jesus da Piedade.

Seguiu-se o convívio que teve lugar num restaurante da zona, em ambiente de grande alegria e camaradagem, reforçando uma amizade de 47 anos, e também revelando Fuzileiros orgulhosos do dever bem cumprido, conforme salientado pelo Comandante (Almirante Vieira Matias) na sua alocução.

A organização do evento esteve a cargo, de forma competente e muito dedicada, do FZE José Capitão.

Para a sua deslocação, o DFE13 contou com os prestimosos apoios do CCF e da DT.



O DFE13 teve relevante atuação operacional na Guiné, obtendo importantes resultados, e também se evidenciou como Unidade coesa e disciplinada, conforme consta no louvor atribuído pelo Comandante-Chefe daquela Província Ultramarina.



ELETROTÉCNICOS SETEMBRO 1978 37º ANIVERSÁRIO

Realizou-se no passado dia 6 de junho, no Restaurante “Quinta da Vitória”, na Sobreda da Caparica, o almoço comemorativo do 37º aniversário do “Curso de Alistamento de Eletrotécnicos” de setembro de 1978 (CAET 78).

O convívio contou com a presença de 13 ET’S, e seus familiares.

Aquando do brinde final, foi efetuado um minuto de silêncio em memória do camarada falecido, Ramiro Fernandes, representado pela sua esposa.

NRP COMANDANTE JOÃO BELO 3º ENCONTRO NACIONAL GUARNIÇÕES 1967 A 2008

Vai realizar-se no dia **19 de setembro**, na Base Naval de Lisboa, o 3º almoço-convívio de Marinheiros que navegaram entre 1967 e 2008 na F480. Convidamos todos os oficiais, sargentos e praças que passaram pela FRABELO a participar neste evento.

Contactos para inscrição e envio do programa: João Códices: TM 937494548 codices409@gmail.com, Amândio Martins TM 96148469, amartins@hotmail.com

DESTACAMENTO Nº 7 DE FUZILEIROS ESPECIAIS GUINÉ 1963-1965

Vai realizar-se no dia **19 de setembro**, almoço-convívio do 50º aniversário do regresso a Lisboa, com concentração na Escola de Fuzileiros pelas 09.30 horas. Os interessados devem contactar: Carlos Martins: TM 93 8481200

DESPORTO

XXVII CAMPEONATO DE MARINHA DE ORIENTAÇÃO

Disputou-se no período de 20 a 24 de abril, na zona da Marateca, a 27ª edição do Campeonato de Marinha de Orientação, em mais uma exemplar organização a cargo do Corpo de Fuzileiros. Participaram 61 atletas oriundos de cinco Agrupamentos da Marinha, obtendo-se no final as seguintes classificações:

Individuais

I Escalão: 1SAR FZ Branco/BF

II Escalão: 1SAR FZ Rainho/EF

III Escalão: SCH FZ Luís/EF

Esc. Feminino: CAD Marabujo/EN

Estafetas

Seniores: BF Alfa

Veteranos: EF Alfa

Femininos: EN

Vencedor do Troféu: BF



XXXI CAMPEONATO DA ARMADA DE TIRO DE PISTOLA

Nos dias 29 e 30 de abril, a carreira de tiro do CEFA acolheu mais uma fase final do Campeonato da Armada de Tiro de Pistola, recebendo 24 atiradores em representação de 4 Agrupamentos. Classificações por escalões:

I Escalão: CAD Dionísio/EN/233 pt

Escalão Feminino: CAD Marracho/EN/236 pt

A EN venceu os Troféus Masculino e Feminino.



XXI CAMPEONATO DE MARINHA DE FUTSAL

Decorreu entre 9 de março e 15 de abril a fase final do XXI Campeonato de Marinha de Futsal, em mais uma boa organização do CEFA, que contou com a presença de 190 atletas de seis Agrupamentos da Marinha. Classificações por escalões:

I Escalão: BNL/FLOT

II Escalão: EN

III Escalão: UAICM

Vencedor Troféu Masculino: BNL/FLOT

Vencedor Troféu Feminino: BNL/FLOT

Melo e Sousa
CFR REF
Colaboração do CEFA

“FILHOS DA ESCOLA” INCORPORAÇÃO DE SETEMBRO 1962

No próximo dia **26 de setembro**, no Restaurante “Quinta do Cordeiro”, Vale de Milhaços, realizar-se-á a confraternização comemorativa do 53º aniversário da incorporação dos “Filhos da Escola” de setembro de 1962.

Os interessados poderão contactar: Arnaldo Duarte: TM 965758340 ou através do e-mail: incorporação.setembro1962@sapo.pt

QUARTO DE FOLGA

JOGUEMOS O BRIDGE

Problema nº 185

NORTE (N)		OESTE (W)		SUL (S)		ESTE (E)	
♠	♥	♠	♥	♠	♥	♠	♥
A	R	D	D	R	A	9	8
8	V	2	5	V	D	2	3
3	7	6	10	7	A	10	4
	5	4	9	4	V	7	3
		4	8		V	4	
			2				

E-W vuln. S joga 4♥ e recebe a saída a 10♣ que E faz de A; vendo cair o R percebe que não deverá haver interesse em continuar no naipe e vira o flanco com V♦. Analise as 4 mãos e encontre a linha de jogo que permite cumprir este contrato.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 185

Constatamos que depois do ♣ ainda existem mais 3 perdeses (1♥+2♦), pelo que haverá que eliminar uma delas. A mudança de flanco para o ♠ evita a hipótese de apurar a 4ª para baldear um ♠ do morto, mas essa não seria a solução pois se o jogo está 3-3, nem a D está bem colocada. Vejamos pois a linha de jogo que S deve seguir, utilizando a já conhecida técnica de eliminação e colocação em mão: deixar fazer o ♥ e só pegar a 2ª, sendo um jogada chave para eliminar o naipe em W; destruída com AR terminando no morto; ♣ para cortar e ♠ para o A. Jogando para cada vez para cortar e eliminação do naipe; bate o R de ♠ para eliminar o naipe em E, e seguidamente para colocar a mão em E, o qual terá de jogar ♠ ou ♣ para corte e balde, permitindo-lhe eliminar a perdesse a ♠ e cumprir o contrato.

Nunes Marques
CALMAN

PALAVRAS CRUZADAS

Problema nº 467

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											

HORIZONTAIS: 1 – Aplicação do angioscópio. 2 – Escuridão; lugar plantado. 3 – Vaso de esmeralda de que Jesus Cristo se teria servido na ceia, e no qual José de Arimatea teria recolhido o sangue da ferida feita pela lança do centurião no corpo do Crucificado; espécie de sela pequena, Banco nas bicicletas, etc. 4 – É quase múmia (Inv); Jogo de rapazes. 5 – Nome vulgar de uma ave do Brasil; chefe etíope. 6 – Arma branca (Poét). 7 Casa (Inv.); lapitas na confusão. 8 – Leva à toa; nome próprio masculino. 9 – Sacidade; é quase alarido. 10 – Respirar com dificuldade; porco. 11- Um tanto amarelos.

VERTICAIS: 1 – Descrição dos vasos do corpo humano. 2 – Modelo; matam na barafunda. 3 – Nome dado pelos Turcos a todo aquele que não é muçulmano e particularmente aos cristãos; imbecil. 4 – Cidade do Japão; ligar. 5 – Falta uma para ser Joel; árvore com cuja casca se aromatiza o vinho; lavre. 6 – Nádegas. 7 - Cabelos brancos; cabo cujos extremos estão fixos nos dois garrunchos inferiores das velas redondas (Inv./Náut); apelido de um escritor português (Inv.). 8 – Irmão de Rómulo, primeiro rei de Roma, por quem foi morto (Inv.); cidade da Bélgica, prov. de Luxemburgo. 9 – Descascar; trata na confusão. 10 - Cidade de munic. do est. de S. Paulo, Brasil (Inv.); privado do sentido do ouvido. 11 – Liga de alumínio, silício e de magnésio.

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 467

HORIZONTAIS: 1 - ANGIOSCÓPIO, 2 - ESCURIDÃO, 3 - VASO DE ESMERALDA, 4 - MÚMIA, 5 - MURICÓPTER, 6 - ARMA BRANCA, 7 - CASA, 8 - LEVA À TOA, 9 - SACIDADE, 10 - RESPIRAR COM DIFICULDADE, 11 - PORCO. VERTICAIS: 1 - VASO DE ESMERALDA, 2 - MURICÓPTER, 3 - MURICÓPTER, 4 - MURICÓPTER, 5 - MURICÓPTER, 6 - NÁDEGAS, 7 - CABELOS BRANCOS, 8 - RÓMULO, 9 - DESCASCAR, 10 - CIDADE DE MUNIC. DO EST. DE S. PAULO, BRASIL, 11 - LIGA DE ALUMÍNIO, SILÍCIO E DE MAGNÉSIO.

Carmo Pinto
1TEN

SUDOKU

Problema nº 17

FÁCIL

9	6	8		1		3		
		1		2	9		6	8
4		5				9	7	
	5		3					
	8		9		2		4	
					6		3	
	4	2				6		3
6	7		2	9		8		
		9		6		7	5	2

DIFÍCIL

3			1			8		
		7		3				
	4			8				1
	6		8					9
9			3	6	5			4
2				1		6		
5				9			1	
				2		6		
		9		4				7

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 17

FÁCIL

2	7	5	2	8	1	9	4	6	3	7	5	2
6	7	3	2	9	5	8	1	4	6	3	7	5
5	4	2	8	7	1	6	9	3	8	5	2	7
2	9	4	1	8	5	7	3	6	4	2	9	8
3	8	7	6	5	2	2	1	4	6	9	3	7
2	9	4	1	8	5	7	3	6	4	2	9	8
1	5	6	3	4	7	2	8	9	6	3	7	5
4	2	5	6	3	8	9	7	1	4	2	9	8
7	3	1	5	2	2	5	4	6	8	9	3	7
9	6	8	7	1	4	3	2	5	8	4	6	3

DIFÍCIL

2	7	5	2	8	1	9	4	6	3	7	5	2
6	7	3	2	9	5	8	1	4	6	3	7	5
5	4	2	8	7	1	6	9	3	8	5	2	7
2	9	4	1	8	5	7	3	6	4	2	9	8
3	8	7	6	5	2	2	1	4	6	9	3	7
2	9	4	1	8	5	7	3	6	4	2	9	8
1	5	6	3	4	7	2	8	9	6	3	7	5
4	2	5	6	3	8	9	7	1	4	2	9	8
7	3	1	5	2	2	5	4	6	8	9	3	7
9	6	8	7	1	4	3	2	5	8	4	6	3

NOTÍCIAS PESSOAIS

COMANDOS E CARGOS

• CMG Jaime Filipe dos Santos Lameiras Trabucho, Diretor da Escola da Autoridade Marítima • CFR João Pedro Maurício Barbosa Comandante do Corpo de Alunos da Escola Naval • CFR António Manuel Maurício Camilo, Comandante do NRP *Zarco* • 1TEN João Carlos Filipe Almeida, Comandante do NRP *Tridente*

RESERVA

• CFR SEH Rui Manuel Reino Baptista • CTEN SEC Aníbal José da Silva Setoca • 1TEN TS António Poças Rascão • 1TEN STP José Lucas Pereira Pestana Henriques • SMOR FZ João Domingos Vieira Guerreiro • SMOR ETC Víctor Manuel Loureiro Caixinha • SMOR C José Luís da Silva Figueiredo • SMOR L João José Godinho Bicho • SMOR B José da Silveira Lança Carinhas • SCH L António Manuel Cruz da Silva Lourenço • SCH A Carlos Manuel de Castro Monteiro • SCH ETC Amílcar Santos da Silva • SCH CM Jorge Marcelino Ferreira • SCH H Artur António Costa Silva • SCH FZ Fernando Manuel Martins Cardoso • SAJ FZ Ramiro dos Santos Pinto • SAJ T Carlos António Rodrigues • SAJ B Amílcar Gonçalves da Silva • SAJ E José Rodolfo de Sousa Gouveia • SAJ CM Davide Jorge Cabrita Barreira • SAJ C Alfredo Manuel Mendonça da Fonseca Moura • SAJ FZ Paulo Jorge Ramos Tomaz • SAJ FZ Manuel Henriques Rosa Riscado • SAJ FZ Francisco José Reis Jesus • SAJ FZ José Manuel Areias Pratas • SAJ CM João Alberto Marques Pereira • SAJ CM Paulo Jorge Costa de Almeida e Silva • SAJ CM Luís Manuel Ferreira Gomes Vieira • SAJ H António Manuel Marques Freire • SAJ L Paulo Manuel Neves Marques • SAJ MQ José Manuel Costa Almas • 1SAR M José Carlos de Azevedo Rodrigues • 1SAR FZ Fernando António Gonçalves Martins • CAB A Luís Manuel Castilho Marques • CAB CCT Carlos Alberto Soares Almeida • CAB CCT Luís Manuel da Silva Contente • CAB CCT Argentino Gonçalves de Matos • CAB CCT António Firmino Lopes • CAB CCT Jorge Luís Nogueira Costa • CAB CCT Mário Alexandre Santos Pereira da Costa • CAB CCT Domingos Augusto Gonçalves Martins • CAB CCT Serafim António Mendes Tomé • CAB CCT João José dos Santos Valverde • CAB CRO Ricardo José Simão Crespo • CAB CRO José Luís Dias Castanho • CAB CRO José António Silva Cerdeira Pereira • CAB CRO Carlos Alberto Palmeiro Ferreira • CAB CRO Horácio Ferreira dos Santos • CAB CRO João Manuel de Oliveira Pinto • CAB CRO António José Rodrigues • CAB CRO António José Andrade Caetano • CAB CRO Luís Manuel Diegues Lúcio • CAB CRO João Lopes Rocha Vieira • CAB CM Manuel Joaquim Morgado Cardoso • CAB CM Paulo Manuel Silva Rodrigues • CAB CM José Manuel Oliveira Mendes • CAB CM Jacinto Augusto Rodrigues Fernandes • CAB CM João Francisco Paiva Madeira • CAB CM Víctor Manuel Coelho Fernandes • CAB CM Luís Manuel José Aveiro • CAB CM Joaquim Ferreira do Coito • CAB CM Domingos António Godinho Caeiro • CAB CM António José Teixeira dos Santos Filipe • CAB CM José Simplício Rodrigues Roberto • CAB CM João Nunes Patrício • CAB CM Eugénio da Luz Florêncio Semedo • CAB CM José Silvestre Rodrigues • CAB CM Martinho João Marques Carrilho • CAB CM José Manuel de Freitas da Conceição • CAB CM João Carlos da

Costa Henriques • CAB CM Victor Manuel Martins Ferreira • CAB CM António Rui Sembleia Cunha Santos • CAB E Jorge Monteiro Claro • CAB E Joaquim António Pereira Maltinha • CAB E Carlos Manuel Simão Ribeiro • CAB FZ Luciano Belmiro Comeche • CAB FZ José Olímpio Páscoa Fernandes • CAB FZ Adolfo Luciano Botelho de Carvalho • CAB FZ Manuel Nogueira de Araújo • CAB FZ José António de Matos Cheira • CAB FZ António Gabriel da Silva Flores • CAB FZ Carlos Alberto Henriques de Oliveira • CAB FZ José Manuel Maio Jones • CAB FZ Olímpio Guilherme Joaquim • CAB FZ Cipriano Augusto da Silva Matos Costa • CAB FZ José Fernando da Silva Pereira Abeilard • CAB FZ Fernando Manuel Oliveira Simões Santos Gomes • CAB FZ Carlos Alberto de Barros Pires • CAB FZ José de Campos Esteves • CAB FZ José Manuel dos Remédios Silvério • CAB FZ Mário José dos Santos Vicente • CAB FZ Manuel Joaquim Costa Gabriel • CAB FZ Jorge Manuel Gorgulho • CAB FZ António Serafim Pereira Ferreira • CAB FZ António Justino da Silva Geraldo Linheiro • CAB FZ Luís Alberto Ferreira Martins • CAB FZ Adélio Dionísio Gaboleiro • CAB FZ Carlos Fernando Caracina Marques • CAB FZ Joaquim Dias da Silva • CAB FZ Victor Hugo Neves da Rosa

REFORMA

• CTEN SEM Victor Manuel Santos Ribeiro • SMOR ETA Augusto José dos Reis Pratas Relva • SMOR TRC António Luís Fouto Godinho • SMOR A António Alberto Faria Ferreira • SMOR A José Domingos Pedrogão Pimenta • SMOR A Adosindo Victorino Dias Boavista • SMOR CE Marcelino Maria Bação • SMOR SE Albano de Paiva Alves • SMOR O Jofre Conceição Victorino • SMOR R Júlio Cardoso Pinto Penajóia • SMOR TRC Álvaro José Pereira da Costa • SMOR CM Higinio da Cruz Raimundo Matela • SMOR CM José António Balau Esteves • SMOR CM Armindo Costa Póvoa • SMOR H José Manuel Batista Valente • SCH L Carlos Alberto Martins da Silva • SCH A Carlos Alberto Nogueira Ribeiro de Sequeira • SCH T Élio Dias Marques • SCH ETC Luís Manuel Siborro Alves • SAJ L Francisco Medeiros Seno • SAJ C Manuel José Anacleto Glórias • SAJ B Paulo Jorge Moreira Anselmo • 1SAR FZ Amável Carmo Oliveira • CAB M Bernardino da Silva Pinto • CAB E Rui Manuel Ribeiro Pisco.

FALECIDOS

• 59244 CMG MN REF João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu • 148336 CMG MN REF Álvaro José Leote de Ataíde • 121252 CFR SEC REF Emílio de Araújo de Matos • 77766 CFR EMQ REF António Francisco Canhota Santana • 184446 SMOR CM REF Fernando da Vaza Pinheiro • 517158 SMOR FZ REF João Manuel Carvalho Ludovico • 780278 SMOR FZ RES Rui Martins Narciso • 66264 SCH L REF António Pereira da Palma • 140445 SAJ A REF Gelásio Rodrigues • 231149 SAJ A REF António Guerreiro Pereira • 271171 SAJ M REF António Cardoso Loureiro de Almeida • 192973 SAJ ETA REF Fernando Valdemar dos Santos • 559659 SAJ A REF José Pereira Oliveira • 154368 1SAR MQ REF Vitalino José Ventura Cardoso • 315553 1SAR TF REF Afonso Gomes da Costa Dias • 977063 1SAR TF REF Alfredo Dias Pereira • 342453 CAB TF REF Manuel de Paiva Almeida.

SAIBAM TODOS

Após a publicação do Decreto-Lei Nº 81/2015, de 15 de maio, regulamentado pela portaria n.º 482 A de 19 de junho de 2015 é criada uma nova categoria de beneficiários da ADM: “Beneficiários Associados”.

Estes beneficiários ficam obrigados ao pagamento de uma contribuição de 3,5%, a descontar mensalmente em 79% da remuneração base do beneficiário titular, excluído o suplemento de condição militar, ou de 80% da pensão de aposentação ou de reforma do beneficiário titular.

Em 30 de setembro de 2015, terminam todos os direitos dos atuais beneficiários “protocolados”, independentemente do prazo de validade dos cartões.

Caso esteja interessado(a) em ser beneficiário associado da ADM, deverá dirigir-se a um posto de atendimento da ADM até **21 de setembro de 2015**.

Documentos solicitados:

- Preenchimento do novo boletim de inscrição, que deverá ser assinado pelo beneficiário titular ou pelo cônjuge ou unido de facto

sobrevivo do beneficiário titular;

- Declarar que pretende ser beneficiário associado ADM;
- Fotocópia do cartão de cidadão, no caso bilhete de identidade antigo também o NIF;
- Declaração dos descontos efetuados nos últimos doze meses para a segurança social.

NOVOS PROTOCOLOS MARINHA

PORTO SALUS AZEITÃO RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS S.A.

No âmbito do apoio à terceira idade, foi rubricado um protocolo com “Porto Salus Azeitão Residências Assistidas S.A.”.

Condições preferenciais:

- 15% de desconto sobre preços da tabela.

Para mais informação: <https://pmarintra.marinha.pt/unidades/DAS/Protocolos/Apoio%20c3%a0%20Terceira%20Idade/Lares/Paginas/Porto-Salus.aspx>



SÍMBOLOS HERÁLDICOS

CAPITANIA DO PORTO DO DOURO



José Cabrita

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de ouro com um dragão de negro lampassado de vermelho, segurando nas garras um croque de vermelho. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras maiúsculas, tipo elzevir, «CAPITANIA DO PORTO DO DOURO».

SIMBOLOGIA

O dragão de negro corresponde ao timbre do antigo brasão de armas da cidade do Porto, concedido em 1837. O croque, sinónimo de perseverança, firmeza e segurança, sublinha a ligação ao mar e à Autoridade Marítima.

* Brasão adaptado a partir de um original da autoria do mestre Bénard Guedes (1931-2012).



SÍMBOLOS HERÁLDICOS

CAPITANIA DO PORTO DE FARO



José Cabrita

DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de azul com âncora de prata entre dois hipocampos de ouro em cortesia e em chefe três vieiras do mesmo, alinhadas em faixa. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras maiúsculas, tipo elzevir, «CAPITANIA DO PORTO DE FARO».

SIMBOLOGIA

O hipocampo é um símbolo da Ria Formosa. Conjuntamente com as vieiras, simboliza as múltiplas espécies que aquela reserva natural procura preservar. A âncora, sinónimo de perseverança, firmeza e segurança, sublinha a ligação ao mar e à Autoridade Marítima.